



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0186/16	DATA: 30/03/2016	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 14h19min	TÉRMINO: 16h59min	PÁGINAS: 51

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALDO REBELO - Ministro de Estado da Defesa.

SUMÁRIO

Oitiva do Ministro de Estado da Defesa, Aldo Rebelo.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio — FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA na demarcação de terras indígenas e remanescentes de quilombos (CPI FUNAI e INCRA).

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 17ª Reunião. Sendo assim, indago se há a necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Foi dispensada a leitura por solicitação do Deputado Nilson Leitão.

Coloco em discussão a ata.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Comunico aos Srs. Parlamentares que farei a leitura do Expediente após a exposição do Ministro Aldo Rebelo, para não tomar o tempo de S.Exa. com isso, porque o Expediente é longo.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à audiência pública com a presença do Sr. Aldo Rebelo, Ministro do Estado da Defesa, que, mediante entendimento com esta Presidência, tomou a iniciativa de comparecer perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito para expor assunto de relevância do seu Ministério relacionado ao objeto de investigação desta Comissão.

Eu peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido ao Sr. Ministro será de 40 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, somente podendo ser aparteado durante a prorrogação.

Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. A lista de inscrição encontra-se sobre a Mesa e será encerrada no início da exposição.



Durante o período de inquirições poderão usar a palavra os membros da Comissão e demais Parlamentares por 3 minutos cada um para formularem as suas considerações ou pedido de esclarecimentos, dispondo o Ministro do mesmo tempo para a resposta.

As perguntas aos depoentes deverão ser formuladas no espaço de tempo concedido, podendo o Parlamentar usar novamente a palavra pelo mesmo prazo (art. 222, § 3º).

Os Líderes falarão pelo tempo regimental para fazer comunicações destinadas ao debate (art. 66).

Antes de passar a palavra ao Ministro Aldo Rebelo, eu queria, na condição de Presidente desta Comissão, agradecer-lhe a presença, que é de grande valia para a construção do texto de políticas públicas de relação e segurança jurídica do Estado brasileiro para as comunidades indígenas e quilombolas.

S.Exa., pela vasta e longa experiência parlamentar, administrativa e histórica, poderá nos brindar com uma série de esclarecimentos além das obrigações de sua pasta.

Como a questão envolve o território nacional naquilo que é importante para a defesa nacional e para a convivência harmônica com a ocupação de terras indígenas e quilombolas, nós gostaríamos que S.Exa. se posicionasse com relação ao tema.

Esclareço que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem dois eixos básicos. O primeiro deles é fazer a investigação de possíveis atos ilícitos de acordo com as denúncias recebidas com audiências e visitas *in loco* nas localidades denunciadas e apresentar propostas de política pública que deem segurança jurídica de tal maneira que não seja preciso viver em litígio com parte da nossa sociedade de comunidades indígenas ou quilombolas em nenhum lugar do País, mas que nenhum cidadão seja aviltado nos seus bens particulares cometendo-se uma nova injustiça para sanar a primeira. Onde há Justiça, há terra para todos.

Portanto, neste momento, com muito prazer e agradecendo, em nome de toda a Comissão Parlamentar de Inquérito, concedo a palavra ao Sr. Ministro Aldo Rebelo para a sua exposição.



O SR. MINISTRO ALDO REBELO - Boa tarde, Deputado Alceu Moreira, que preside esta Comissão! Muito obrigado pelo convite e pela possibilidade de partilhar com os senhores algumas reflexões sobre o objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Prezado Deputado Nilson Leitão, Relator da Comissão, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar inicialmente que é uma honra voltar a esta Casa, na qual tive o privilégio, dado a poucos brasileiros, de uma longa convivência de mais de 20 anos com os representantes do povo brasileiro das 26 unidades da nossa Federação e do Distrito Federal. Foi o mais longo aprendizado e a mais produtiva convivência na minha trajetória de existência e política. Serei eternamente devedor a esta Casa, símbolo da democracia que o Brasil vai construindo com muito esforço.

O tema de investigação desta CPI está entre as preocupações que marcam a própria origem da nossa nacionalidade. A presença indígena no Brasil registra, desde o primeiro momento, a formação do nosso povo. Constitui a população indígena um dos troncos, um dos afluentes que formam o poderoso rio civilizatório no Brasil. Os índios, os africanos e os europeus constituem os três grandes afluentes desse poderoso rio, que é a civilização brasileira. Nossas avós remotas são as índias do nosso País, que formaram os nossos primeiros mestiços que deram ao Brasil a marca de uma raça miscigenada que juntou o português, o índio e depois o africano.

Devemos, portanto, ao abordar a questão da demarcação das terras indígena, fazer inicialmente duas observações. A primeira é que, desses três troncos civilizatórios que conformaram o País, o tronco indígena é o mais sofrido, o mais subestimado pela sociedade nacional, o mais esquecido pelo Estado brasileiro. Enquanto os outros troncos alcançaram, de certa forma, o seu espaço na construção da sociedade nacional, os índios foram ficando à margem desse processo e carregando o peso maior das penas e do sofrimento da construção da nossa Pátria.

Cabe, portanto, este registro para que essa injustiça possa ser reparada. Que nós possamos, de forma conseqüente, socorrer, amparar essa parcela da nossa população, exatamente para que ela não fique à mercê da manipulação de demagogos, de interesses espúrios internos e externos, como lamentavelmente vem acontecendo.



É preciso que o Estado brasileiro ampare a população indígena do Brasil, para que organizações não governamentais interesseiras e, muitas vezes, agentes do próprio Estado, agindo contra o Estado, manipulem o sofrimento e o abandono das populações indígenas. Falo, senhoras e senhores, com a experiência de quem palmilhou, nas fronteiras do Brasil mais remotas da Amazônia, as terras indígenas, de quem pôde dialogar com as suas populações e testemunhar exatamente aquilo que acabo de dizer.

O Brasil deve as suas populações indígenas parte fundamental da sua identidade como povo. Qualquer brasileiro busca, numa ascendência indígena remota, uma espécie de atestado de brasilidade autêntica. Julga-se mais autêntico o brasileiro que tem uma bisavó, uma tataravó, uma avó ou uma parenta remota de ascendência indígena. Nós temos orgulho da presença do índio herói, do Sepé Tiaraju, no Rio Grande do Sul, do Arariboia, lá no Rio de Janeiro, resistindo contra a ocupação francesa, do índio Filipe Camarão, do Poty, considerado o fundador do Exército Brasileiro e herói da guerra contra os holandeses, de todas as nossas matriarcas indígenas, da Catarina Paraguassu, que formou a primeira família genuinamente brasileira, na Bahia, com o seu esposo, Diogo Álvares, o Caramuru, português.

Temos orgulho da nossa índia Bartira, filha do cacique Tibiriçá, matriarca da maior parte das famílias paulistas e tantas quantas se estenderam pelo Rio Grande. Dizem até que vem a ser dela descendente o próprio fundador da República Rio-Grandense, o General Antônio de Souza Netto. Ele seria um dos descendentes da índia Bartira, filha do cacique Tibiriçá.

Temos orgulho da Maria do Espírito Santo Arcoverde, casada com o Jerônimo de Albuquerque, depois do seu filho Jerônimo de Albuquerque Maranhão, irmão da primeira donatária da Capitania de Pernambuco, filha também do cacique Arcoverde. Essa é a nossa descendência, esses são os nossos heróis, dos quais temos orgulho.

Enquanto os americanos exibiam nos teatros de Nova Iorque o Buffalo Bill, descrevendo as suas caçadas aos índios americanos, o Brasil celebrava um ciclo literário especial: o indianismo, que produziu poetas como Gonçalves Dias, com seu



Juca Pirama, ou a literatura de José de Alencar, com *O Guarani*, com *Iracema* e *Ubirajara*.

O Brasil celebrou a presença indígena na nossa nacionalidade com um dos ciclos literários mais profícuos da nossa literatura. Depois, naturalmente, o humanismo com que o Brasil tratou a causa indígena teve prosseguimento na grande figura de militar, de brasileiro, ele próprio descendente de uma índia bororo, de Mato Grosso, do grande Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon, republicano, criador da grande instituição de proteção aos índios no Brasil e autor da frase imortal *“Morrer se preciso; matar nunca”*. Essa era sua consigna na relação e no contato com as populações indígenas.

Essa é a nossa tradição. Naturalmente, ela não nega as violências, as brutalidades, as injustiças, tudo de errado que nós fizemos contra as populações indígenas, mas afirma a natureza da nossa civilização, de buscar incorporar não apenas no sangue, mas também na cultura, na história, na literatura, na culinária, no imaginário e na psicologia do nosso povo, a presença dos nossos queridos e queridas irmãs e irmãos indígenas.

Por essa razão, senhores, é inaceitável a doutrina esposada por certos setores da Antropologia, principalmente pela Antropologia colonial, criada na França e na Inglaterra, para melhor realizar o trabalho de dominação das chamadas populações aborígenes. Essa Antropologia depois foi incorporada pelos exércitos coloniais como parte do esquema de dominação. Essa corrente antropológica neocolonial procura apartar da sociedade nacional e da sua integração as populações indígenas. É preciso que se denuncie isso com vigor e com coragem, para que o Brasil não se ponha no papel de vítima dos crimes que de fato não cometeu. Bastam aqueles que nós já cometemos.

Essa Antropologia, que influencia estruturas do próprio Estado brasileiro e que incorpora setores importantes da nossa mídia e de correntes religiosas, trata de estabelecer um abismo entre a sociedade nacional, entre o Brasil e as populações indígenas, contrapondo ao esforço de integração a ideia de segregação, como se, na escala evolutiva, o índio pudesse ser contido, parado nos estágios anteriores à evolução de toda a humanidade.



Tenho amigos europeus que fazem estudos sobre populações tribais e que descobriram, na Região Amazônica, como é óbvio, uma população indígena que não sabe contar, que não domina a Aritmética, como qualquer povo ágrafo, que não a domina, que naturalmente não sabe.

Eu lhes dizia: *“Seus antepassados também não sabiam contar. Contam, no máximo, um, dois, três, e muito”*. Se você não domina os rudimentos da aritmética, você, naturalmente, não domina nenhuma fórmula e nenhuma conta. O que eu perguntava para esse amigo antropólogo era o seguinte: *“As crianças desta tribo têm direito a aprender matemática ou a elas deve ser negado esse direito, para que a Antropologia continue dispondo de estudo de caso para registrá-lo nas suas teses de mestrado ou de doutorado? Essas crianças indígenas têm o direito de aprender Matemática? Elas têm o direito de serem alfabetizadas, além da sua própria língua, na língua portuguesa? Ou a elas deve ser negado esse direito?”*.

Certa vez, ao visitar uma aldeia ianomâmi — aliás, na companhia do atual Comandante do Exército, que era, então, coronel e assessor parlamentar aqui nesta Casa —, ao nos aproximarmos de uma aldeia indígena, uma moça — que sequer era funcionária pública, nem era servidora pública — de uma ONG nos conteve a uma certa distância da oca e disse: *“O senhor, como Deputado, pode entrar, mas o general”* — que era o comandante da Brigada de Infantaria de Selva de Rondônia, o general Claudimar — *“e o coronel”* — que era o Villas Bôas, hoje Comandante do Exército —, *“eles não podem entrar”*. Achei estranho. O general levava presentes para os índios, uns facões, umas coisas. Enfim, foram barrados por uma moça que sequer era servidora pública, de uma ONG chamada Urihi, que depois foi denunciada como envolvida em desvios de recursos da FUNASA e que foi extinta, naturalmente, para não prestar contas dessas acusações.

Ao entrar nessa oca, eu percebi condições muito insalubres, muitas famílias vivendo dentro da oca, cada uma com o seu pequeno fogo, assando banana, mandioca. Ao sair, eu vi que havia muitas pessoas com subnutrição, outras doentes. Eu perguntei para a moça: *“Mas o que eles têm aqui?”*. *“Ah! Muitas doenças infecciosas, casos de tuberculose”*. Eu disse: *“E por que não se põe água e luz que se traz do pelotão de fronteira para melhorar a qualidade de vida?”*. *“Não, não pode botar água nem luz, porque isso vai alterar a cultura deles”*. Naturalmente, ela vivia



num lugar que tinha água, que tinha luz e que tinha outros confortos do desenvolvimento material que ela ou negava ou achava que não podia estender às populações indígenas.

Quando eu saí, havia um garoto ianomâmi jogando bola atrás da oca. Eu dei lá uns chutes na bola com ele e comentei com a moça: *“Mas, pelo menos, o futebol nos unifica, e torcemos todos para a mesma seleção”*. Ela olhou para mim e disse: *“Não, senhor. O senhor torce para a sua seleção e eles torcem para a seleção deles”*. Eu não quis mais perguntar. Olhei para o general e para o coronel e disse: *“Vamos embora, porque a conversa aqui não tem futuro e nem prospera”*.

Eu dou esse exemplo porque, na verdade, essa viagem foi motivada por uma denúncia de uma página estimulada por essas organizações não governamentais numa matéria do *New York Times*, segundo a qual os soldados do Exército na fronteira estavam abusando sexualmente das índias. Eu quis verificar *in loco* essa situação, para que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional pudesse, então, manifestar uma posição sobre a denúncia.

Fui até lá, percorri e o que vi é o que qualquer uma das Sras. Deputadas, qualquer um dos Srs. Deputados podem comprovar. Os pelotões de fronteira geralmente são formados por uma parcela muito grande de indígenas das aldeias da vizinhança do pelotão de fronteira. Esses indígenas, quando estão de licença dos seus pelotões, voltam para sua aldeia, e os índios namoram as índias, porque nas aldeias não há dinamarquesas, nem finlandesas, nem russas, nem suecas, nem angolanas, nem japonesas, nem gaúchas, nem alagoanas. Há as índias. Naturalmente, quando há problemas entre os casais, as índias vão ao pelotão reclamar contra os índios. Fazem sua reclamação, talvez devido a questões envolvendo os filhos, ficam reclamando de alguma coisa. Com base nessas reclamações, foi forjada uma denúncia que transformava problemas ou litígios naturais ou previsíveis entre índios e índias em abuso sexual de soldados contra índias. Isso foi bater nas páginas do *New York Times*.

Quem quiser também testemunhar uma advertência importante dessa manipulação pode buscar na Internet uma manifestação de Orlando Villas Bôas, pouco antes de falecer, quando, em depoimento a uma jornalista da *TV Cultura*, Paula Saldanha, advertia que lideranças jovens indígenas estavam sendo levadas



aos Estados Unidos, doutrinadas nos Estados Unidos para pedir ou reivindicar a autonomia das suas áreas. Estavam voltando para o Brasil com essa política e com essa doutrina para nos causar graves problemas. Esse depoimento do sertanista Orlando Villas Bôas pode ser encontrado pelas senhoras e pelos senhores.

A manipulação das causas nobres e justas, como o é a causa da proteção dos índios, não é a única no mundo. Ela tem paralelo com a manipulação da causa do meio ambiente. É muito parecida. As potências usam o meio ambiente, as causas indígenas, os direitos humanos, a democracia, a liberdade como usaram o anticomunismo no passado. O que era o anticomunismo? Era o pretexto para fazer golpes de Estado para defender interesses econômicos, em função da defesa da liberdade e da democracia. Depois que o comunismo deixou de ser o pretexto, porque não era de fato ameaça, eles procuraram outros pretextos. A causa indígena é um deles, porque é uma causa nobre e justa. O ambientalismo é outra causa.

O ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, escreveu um livro chamado *A Terra em Balanço*. Nesse livro, ele descreve detalhadamente como usar o meio ambiente para a agenda de interferência na vida e no assunto dos povos em que os Estados Unidos tenham interesse. Eu até citei essa passagem em meu relatório sobre o Código Florestal para demonstrar que, além de ser uma causa nobre e justa, o ambientalismo também é uma bandeira para a manipulação de nações e de povos. Essa manipulação é feita por países fortes contra os interesses de nações mais fracas.

O que mais chama a atenção, que eu queria citar aos senhores como exemplo dessa manipulação, não é uma coisa recente. Eu vou aos anos 20 do século XX — anos 26, 27 e 28. Quando a Liga das Nações foi reunida na Suíça, o Brasil destacou para seu representante um grande diplomata, político e homem de Estado, chamado Afrânio de Melo Franco, que veio a ser o pai do futuro chanceler, Deputado e Senador Afonso Arinos de Melo Franco.

Afonso Arinos de Melo Franco, parodiando Joaquim Nabuco, que escreveu sobre seu pai, Nabuco de Araújo, estadista do Império, escreveu *Um Estadista da República*, em dois ou três volumes, para contar a vida, a biografia do pai Afrânio de Melo Franco. No livro do Afonso Arinos sobre o Afrânio há essa passagem que eu vou aqui suscintamente descrever.



Quando chegou à Suíça para ser Embaixador do Brasil na Liga das Nações, Afrânio de Melo Franco, como homem de talento, recebeu a relatoria de uma comissão que debatia o direito das minorias nacionais. Ele foi colhendo os depoimentos, observando as posições e chegou à conclusão de que essa agenda era uma proposta da Alemanha, que, a pretexto de defender as minorias nacionais na Polônia e na Tchecoslováquia, na verdade, ambicionava a intervenção alemã no Corredor Polonês e na região dos Sudetos. Ou seja, na verdade, era o pretexto para a intervenção alemã na Polônia e na Tchecoslováquia. Ele foi mais longe e disse que a proteção das minorias nacionais, que é uma causa justa, na verdade, estava sendo um pretexto para se passar por cima e se atropelar o direito das maiorias nacionais. O rompimento do direito das maiorias estava sendo o objetivo, cujo pretexto era a defesa do direito das minorias.

Interessado nesse assunto, eu fui buscar mais informações, agora já em outra literatura. Há um livro, também de um jornalista que foi chefe da Assessoria de Imprensa do Congresso americano, que é uma biografia do Rockefeller. Lá pelas tantas, ele descreve como a Alemanha usou também as populações indígenas para criar conflito nas Américas; primeiro, nos Estados Unidos. Tudo de que nos acusam hoje a Alemanha acusou os Estados Unidos — de não respeitar as minorias indígenas, de passar por cima dos direitos indígenas, de não reconhecer a identidade indígena — para, usando as populações indígenas, criar dissensões, desconfianças e fraturas internas na sociedade americana, às vésperas da guerra; mais do que isso, para usar a defesa das causas indígenas como uma forma de desestabilizar os países da América do Sul.

Quando chegou ao caso brasileiro, pasmem os senhores, a Suprema Corte alemã declarou que os índios eram arianos! Declarou que os índios brasileiros eram arianos, como uma forma de estabelecer alguma identidade que justificasse também a solidariedade alemã diante das nossas populações indígenas. Eu vi essa citação nesse livro, anotei, transcrevi em alguns trabalhos sobre a questão da Raposa Serra do Sol, mas tive o cuidado de pedir à Embaixada brasileira em Washington que recolhesse o documento citado por esse livro, para ter certeza de que, de fato, isso tinha acontecido. O documento original, de onde o livro do autor americano faz a citação, está de fato em minha posse.



Nesses momentos de crise e de disputa entre interesses nacionais que se confundem com interesses geopolíticos, com interesses econômicos, as causas — de direitos humanos, ou de minorias, ou de meio ambiente, ou da democracia, ou da liberdade —, isso tudo se confunde na agenda geopolítica que marca as disputas em curso em todo o mundo. E o Brasil tem sido particularmente alvo dessa agenda desestabilizadora. Nós somos acusados de ferir os direitos humanos. Recentemente, nós importamos uma forma de enfrentamento da desigualdade racial que não conhecíamos, que é a fórmula praticada pelos Estados Unidos; nós conseguimos também a proeza de importar para o Brasil; nós estimulamos, às vezes, por instituições de Estado a agenda de fratura, de fragmentação da nossa relação com as populações indígenas, o enfraquecimento do elemento-chave de um país em construção como o Brasil, que é a identidade nacional.

Acima das nossas diferenças, dos nossos desequilíbrios, das nossas desigualdades, das nossas desconfiças, um elemento-chave para a superação das nossas dificuldades é a identidade nacional — a centralidade da questão nacional. Quando você fragmenta, fraciona, divide ou cava abismos nessa identidade, naturalmente dificulta a consecução, o alcance desses objetivos nacionais e dos interesses nacionais estratégicos.

Recentemente, voltou à luz do dia a votação ou a possibilidade de votação de uma matéria no Supremo Tribunal Federal que é um exemplo dessa questão, que é a exclusão da área indígena demarcada em Roraima, de dois Municípios: Uiramutã e Pacaraima. Conheço os dois também. Estive mais de uma vez nesses dois Municípios. Aliás, na época da demarcação da Raposa Serra do Sol, apresentei ao Presidente Lula a Prefeita, que era do então Partido dos Trabalhadores, de Uiramutã, que disse ao Presidente que o avô dela havia chegado a Uiramutã em 1908, que o pai dela já tinha nascido ali e ela também. Como ela poderia ser considerada invasora? Invasora de quê, exatamente?

Está aqui também para os senhores: *“Comissão Externa destinada a avaliar in loco a situação da demarcação em área contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima — Presidente: Moacir Micheletto, saudoso, falecido, querido Deputado do Paraná e Relator: Deputado Lindbergh Farias”*. Escolhido por mim, na época exatamente por não ser ligado a nenhum Estado da



Região Norte, a nenhum Estado com questão, disputa de demarcação; era um Deputado do Rio de Janeiro. Enfim, é um excelente e belo relatório que descreve todas essas manipulações dos laudos de demarcação, o deslocamento e o desdobramento de aldeias indígenas para ampliar a área demarcada, localizar dentro do Brasil tribos ou aldeias que estavam na Guiana para ampliar a área demarcada, falsificar o censo dos índios para ampliar a área demarcada. Tudo isso está aqui neste relatório.

Naturalmente, ninguém foi investigado, ninguém foi punido, ninguém respondeu por isso, e se deu, como a outras instituições de Estado, uma autonomia absoluta, sem qualquer tipo de mediação. Eu vi lá: a maioria desses índios não queria essa demarcação em área contínua — digo isso, com certeza, aos senhores. Eu vi índias chorando na minha presença e de outras testemunhas porque não queriam a retirada de outras pessoas das suas áreas. Quem é índio e quem é não índio já se misturaram. Quando vejo uma índia chegar — uma índia! — com uma filhinha loira e dos olhos azuis, pergunto: “É sua filha, índia?” “É”, responde. “E o pai?” “É um gaúcho.” E essa criança é o quê? Não é índia porque o pai não é índio; também não é gaúcha porque a mãe não é gaúcha. É uma mestiça, condenada por essa antropologia a viver sem identidade.

Há nesse relatório um depoimento de um professor da Universidade Federal de Viçosa que fez mestrado e doutorado em Pedologia. Ele fez a pesquisa justamente em Roraima. E o que diz o professor? Ele diz exatamente isto: ali não existe mais uma civilização indígena nem uma civilização branca, o que existe é uma civilização miscigenada.

No século XIX, os nordestinos que foram para Roraima, na convivência com os índios, levaram e incorporaram culturas e manejos que os índios não conheciam. Por exemplo, o manejo do gado do macuxi é um manejo completamente diferente e único que não existe em nenhum outro território do Brasil. Só quem maneja o gado como o macuxi é o macuxi em Roraima! Adotaram o feijão, que não conheciam. Criaram uma civilização mestiça condenada a ser extinta pela demarcação e pela retirada das pessoas nessas terras.

Num determinado lago que também foi incorporado na área demarcada, um cidadão já com 80 anos, nascido nessa área, mas não sendo índio



antropologicamente puro, obrigado a partir, pediu para uma filha que enchesse uma garrafa PET com água do lago e um saco de areia, para que, quando morresse, pudesse ser lavado com água daquele lago e pudesse ser enterrado, repousando a cabeça na areia da terra onde ele nasceu e da qual foi expulso.

É isso, senhores. É esse tipo de relação que essas instituições e essas entidades produzem.

Como é que podemos ter soberania, falando da nossa área na fronteira, se tiramos as cidades? Nós vamos achar que um pelotão de fronteira vai assegurar a soberania do Brasil? O pelotão de fronteira assegura a presença do Estado brasileiro, assegura a posse daquele território. Mas a defesa é algo muito mais complexo, muito mais sofisticado. A defesa precisa de adensamento demográfico, de atividade econômica, de agricultura, de comércio, de indústria. A defesa precisa da presença da população, do interesse econômico concreto presente naquela área! E, se tirarmos da nossa fronteira remota duas cidades que conseguimos construir, Pacaraima e Uiramutã, se excluirmos esses Municípios, fragilizamos a própria presença nacional, não só a presença do Estado, numa região extremamente vulnerável!

Temos, senhores, quase 17 mil quilômetros de fronteira para proteger, a sua maior parte fronteira erma e abandonada do ponto de vista da presença do Estado, em que só um pelotão do Exército ali e outro a mil quilômetros constitui uma referência.

Só com a Bolívia, a nossa fronteira é maior do que a fronteira dos Estados Unidos com o México. Só com a Bolívia! Toda a fronteira sul dos Estados Unidos com o México é menor do que a nossa só com a Bolívia. Em Tiriós, na fronteira com o Suriname, não se chega de barco nem de automóvel. Só se chega pelas asas da FAB — Força Aérea Brasileira. Não há outra forma de se chegar a Tiriós.

Essas organizações acusam as Forças Armadas de hostilidade aos índios, justamente as instituições que mais manifestam solidariedade. Muitas índias, muitos índios viram médico pela primeira vez quando chegou lá a Força Aérea, o Exército ou a Marinha, mas essas instituições são hostilizadas. Os doutrinadores das lideranças indígenas dizem que o problema deles são os brancos, os fazendeiros, os



militares e o Exército. Vá a Tiriós, na fronteira com o Suriname. Foi o Brigadeiro Camarão quem foi buscar índios na Guiana, para proteger, para dar médico.

A Aeronáutica construiu a casa da missão religiosa que foi lá para dar assistência aos índios. Foi a Aeronáutica que construiu, mas o que prevalece é essa acusação de que as Forças Armadas hostilizam, agridem.

Eu sei que eu estou abusando do tempo, Presidente. Desculpe-me, estou terminando.

Então, senhores, isso é muito sério, porque toca no nervo sensível e exposto da nossa formação. A ideia que se divulga para um menino de classe média que está na escola de que nós hostilizamos e perseguimos populações indígenas causa um mal profundo e duradouro à unidade, à coesão social e nacional, importantes para prosseguirmos na marcha e na jornada de construção do nosso País.

Eu, sinceramente, sou até suspeito para falar disso, porque a minha cidade, no interior de Alagoas, Viçosa, era um aldeamento dos índios cambembes. E no aniversário da cidade, que acontece aos 13 de outubro, Deputado Nilson Leitão, a Prefeitura e as escolas organizavam um desfile. Desfilavam diversos agrupamentos. Um dos grupos que desfilava era exatamente o da representação indígena. E quem não podia comprar uma farda de gala ou uma indumentária mais cara, além da solidariedade, podia também desfilar como índio, porque o uniforme era barato, era pouco. Arrumava-se um cocar de pena e mais alguma coisa e desfilava-se. E desfilávamos todos nós, os mais branquinhos, os mais moreninhos, os mais mestiços, com um orgulho muito grande de representar os habitantes pioneiros da nossa cidade, do nosso Município.

Na minha comunidade, na escola primária, no ginásio, na universidade, nunca vi se propagar nem se cultivar o preconceito ou a discriminação. Pelo contrário, eu vi muita denúncia das injustiças que foram cometidas, mas tenho receio de que essa visão da nossa relação com os índios possa estar sendo desconstruída por essa campanha que cava esse abismo entre nós e os nossos irmãos indígenas.

Eu acho que o Congresso tem uma responsabilidade nisso. O Congresso, que deu às populações indígenas todos os direitos e todas as prerrogativas, porque nasceram ou da Constituição ou das leis aprovadas aqui, tem também a responsabilidade de pôr um freio à ação desagregadora de algumas instituições.



Não podemos aceitar isso. Não podemos. Acho que o Congresso tem a responsabilidade de fazer isso, pela lei, pelo debate e também por uma discussão como esta que estamos promovendo na tarde de hoje.

O Estado brasileiro deve aumentar a sua responsabilidade para que o vácuo da sua ausência e da sua omissão não seja preenchido pelas ideias equivocadas e pela interferência indevida de fatores principalmente externos. O Estado brasileiro deve aumentar a sua presença e o seu apoio em educação, em saúde, em escolas às populações indígenas. Deve fazer o combate para evitar a segregação. A nossa ideia tem que ser a da integração, a nossa consigna tem que ser a do Marechal Rondon: integrar. Nós devemos absorver das populações indígenas a sua cultura, a sua tradição, a sua herança e a sua contribuição à nossa identidade como Nação e à nossa identidade como povo.

Por essa razão, eu felicito mais uma vez os integrantes da Comissão e me ponho à disposição para responder àquilo que for perguntado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, nosso querido Ministro Aldo Rebelo.

Coloco agora a palavra à disposição do Sr. Relator, Deputado Nilson Leitão, para que possa fazer os questionamentos em um período de até 30 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Na sequência V.Exa. vai abrir as inscrições, Presidente? Eu peço que me inscreva, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - As inscrições tinham que acontecer normalmente até o início da explanação do Ministro. Como esta é uma audiência por convite espontâneo, nós abrimos para que os Parlamentares tenham liberdade de fazer esse debate com o Ministro, que, aliás, está muito interessante.

Então, nós não vamos ser tão rígidos como nas outras audiências, inclusive pela questão do tempo. Nós já temos vários inscritos, mas a palavra, na medida da possibilidade, será franqueada a todos.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente Alceu Moreira, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Ministro Aldo Rebelo, a quem confesso aqui publicamente a minha admiração, quando cheguei a esta Casa eu fui me aconselhar com V.Exa., ainda como Deputado Federal, sobre o veto do plantio e da



industrialização da cana nos Estados do norte do País e no meu Estado, Mato Grosso. E V.Exa. me deu uma aula sobre todo o início da colonização no Brasil com a cana-de-açúcar, e aquilo me motivou a instalar a primeira subcomissão para discutir o plantio e a industrialização da cana nos Estados da Amazônia e também no Pantanal.

Mas a minha admiração também é pelo seu equilíbrio. A sua origem, a sua ideologia e os seus ideais não o distanciam do equilíbrio da realidade brasileira e, acima de tudo, de um País que precisa explorar cada vez mais a sua democracia e o seu acolhimento às suas adversidades, às suas pluralidades.

Então eu já o homenageio aqui de público. Eu fiquei ainda mais admirado com a sua explanação, com seu conhecimento profundo desse assunto. Eu também instalei a primeira subcomissão de demarcação de área indígena, ainda em 2011, e hoje esta CPI discute os problemas com o INCRA e também com a FUNAI e extrapola a questão das demarcações. O pano de fundo passa a ser a demarcação, mas sabemos que isso é muito mais abrangente quando se trata de áreas indígenas.

Eu moro em uma região onde o tema de convite de motivação para os brasileiros ocuparem aquela região da Amazônia era “integrar para não entregar” a Amazônia.

E vem ao encontro de sua fala de que essa ocupação de forma organizada pela sociedade, e não só por reservas, contribui muito mais para a segurança nacional e ajuda, de fato, a ocupar um País de tamanho continental.

Com essa colocação, eu vou repetir a pergunta — até para poder deixar mais grifado — que nós já fizemos ao ex-Ministro Nelson Jobim e que também já foi colocada por V.Exa.

Sobre esse modelo de ampliar as reservas em nossas fronteiras, o senhor, então, reafirma, como foi colocado, que isso não contribui para a defesa nacional? Ou contribui? Porque, em um paralelo a isso, nós somos os maiores consumidores de cocaína e *crack* do mundo.

Eu moro em uma região de fronteira, o Estado de Mato Grosso. Na BR-163 passa um dos maiores corredores de tráfico de drogas, por onde entram de carriola, de carro, de bicicleta, de avião, de barco, de tudo quanto é forma. E existem muitas



reservas naquela região. Então, eu queria só a sua posição em relação a esse modelo de reservas nas nossas fronteiras, se isso é benéfico ou se isso atrapalha a defesa nacional.

O SR. MINISTRO ALDO REBELO - Bem, Deputado Nilson Leitão, eu creio que a demarcação de áreas em região de fronteira com a impossibilidade da ocupação demográfica, da ocupação econômica, da atividade produtiva é, evidentemente, uma exposição grave e um risco grave para a soberania do País. Eu não conheço experiência em que isso seja permitido. Não tenho notícia de que haja esse tipo de exclusão, de zona de exclusão — porque, na verdade, é uma zona de exclusão — em regiões, principalmente, de fronteira remota, como temos no Brasil.

Agora mesmo circulou pelo mundo inteiro, e o Governo da Colômbia chegou a cogitar, o chamado Corredor Triplo A, um corredor que pegaria dos Andes à Amazônia e ao Atlântico, com uma área majoritariamente dentro do Brasil, uma área dentro da Colômbia e uma área, acho, passando pela Venezuela, creio que pela Venezuela. Nós, de imediato, denunciemos. Falei com a Presidente Dilma que isso era inaceitável! Esse corredor iria ser um corredor do narcotráfico. Era isso que iria acontecer, ou naturalmente seria para ação de outros interesses que não eram os interesses do Brasil.

Essas áreas remotas, transformadas em zonas de exclusão, do meu ponto de vista, do ponto de vista da soberania nacional, da segurança nacional, constituem exposição a grave risco, que deve ser evitado.

Só para rememorar V.Exa., que, de fato, se preocupa com essa questão da cana na região da Amazônia e em todo o Pantanal, em 1826, ou 1827, um dos integrantes de uma expedição do Barão de Langsdorff, ao passar pelo Mato Grosso em direção a Rondônia, perdeu-se ali da expedição e só foi reencontrado porque caiu dentro de um canavial. Isso em 1827. E, ao cair no canavial, ele chegou à conclusão de que havia gente vivendo e morando ali perto, porque, como a cana não era uma planta nativa do Mato Grosso, só podia ter sido colocada ali por alguém. E com base nisso foi que ele conseguiu ser salvo e ser reencontrado.

O Pe. João Daniel, ainda no século XVIII, fala da plantação de cana no Vale do Amazonas. E no Pará há uma cidade, Abaetetuba, que é conhecida como terra da cachaça, que não é de outra coisa que não seja da cana. Inventaram essa ideia



de que não podia haver cana naquela região, e até hoje exatamente eu não sei o porquê.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Agradeço ao Ministro. E hoje nós estamos com o veto da cana impedindo a produção.

Ministro, é de conhecimento público a presença do Exército em terras indígenas, principalmente auxiliando a desintrusão de pessoas que lá se encontravam anteriormente à demarcação.

No caso de São Félix do Xingu, fomos procurados por pequenos agricultores e por assentados da reforma agrária que estão sendo retirados em razão da ampliação da terra indígena apyterewa. Essas pessoas são cidadãos de bem, que não cometeram crime algum, a não ser terem sido colocados pelo próprio Governo naquela inóspita região.

Diante de uma situação como essa, eu lhe pergunto: é razoável que o Exército brasileiro atue contra os próprios brasileiros em defesa de um grupo ou órgão específico? Qual é o posicionamento do Ministério da Defesa sobre a questão?

E já faço a segunda pergunta, também sob o ângulo jurídico: qual é o amparo legal para o emprego das Forças Armadas na desintrusão? Não vislumbramos essa atividade entre as missões de natureza constitucional, e, ao que parece, ela não encontra previsão entre as atribuições subsidiárias da Lei Complementar nº 97, de 1999, até mesmo porque, ainda que a atuação do Exército se resuma a apoio logístico, essa previsão só tem amparo legal diante de delitos de repercussão nacional e internacional.

V.Exa. fique à vontade para responder.

O SR. MINISTRO ALDO REBELO - Deputado Nilson Leitão, o Exército ou as Forças Armadas atuam em duas situações muito precisas. A primeira, por força da Constituição e por determinação do Poder Executivo, é para a garantia da lei e da ordem. E houve dois casos, pelo menos, que eu acompanhei: um aconteceu quando eu ainda não era Ministro, naquela área do sul do Bahia, num iminente conflito entre proprietários rurais e indígenas, em que o Governo do Estado pediu a presença mediadora do Exército; e o outro, mais recente, foi a pedido do Governo do Mato



Grosso do Sul, numa certa área que não sei se foi Bela Vista ou redondezas, no Mato Grosso do Sul.

A minha opinião é que o Exército deve se distanciar cada vez mais desse tipo de missão. Isso deve ser da área de segurança pública e não das Forças Armadas.

A segunda situação, quando não for questão de GLO, garantia da lei e da ordem — e aconteceu recentemente, acho que no Pará, por integrantes de uma brigada de Marabá — é para oferecer apoio logístico à desintrusão de áreas indígenas por determinação legal.

Eu também orientei o comando do Exército a se afastar desse tipo de missão. Eu não orientei, porque, na verdade, nós determinamos a execução desse caso, mas que fosse feita com a maior discrição possível; e que, em casos futuros, nós repassássemos essa tarefa para a Força Nacional ou para órgãos policiais, porque, constitucionalmente, não estamos determinados a isso.

As Forças Armadas, como instituições fundadoras da nacionalidade, não devem atuar em conflito que envolva nacionais. Não pode aparecer uma Força Armada, que é de toda a Nação, como parte de um conflito legal, mas de duvidosa legitimidade, envolvendo brasileiros.

Eu fiquei estarrecido com um caso que aconteceu no Mato Grosso, na área de Suiá Missu. Sinceramente, aquilo, para mim, foi uma das coisas que eu não gostaria de ver no Brasil: uma área onde as pessoas nasceram e onde se viram crianças, principalmente, arrancadas de suas escolas, doentes arrancados dos hospitais, doentes terminais arrancados dos hospitais, nascidos naquela área e expulsos, como se brasileiros não fossem.

Eu só vi isso em época de guerra. Desterrar a população eu só vi em época de guerra, por motivos e por força de guerra. Desterrar a população, eu, sinceramente, estou vendo isso agora no Brasil. E em muitas áreas, como eu vi inclusive no Piauí, quando o pessoal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de uma determinada cidade ligou dizendo o seguinte: *“Olhe, a metade do Município é área indígena e a outra metade vai virar”*. *“Mas o que aconteceu?”* *“A FUNAI determinou.”* E eu disse: *“E os índios?”* *“Os índios não querem saber disso. Eles não querem mais terra, eles querem saúde, escola, infraestrutura, máquinas para cultivar. Mas a*



FUNAI chegou aqui e disse que tem que pegar essa outra área, a despeito da vontade dos índios.”

Isso aconteceu em um Município no interior do Piauí. Eu conversei com uma moça, que era Vereadora do meu partido e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que me deu esse depoimento.

Diante disso, portanto, eu acho que essas operações não devem envolver as Forças Armadas, devem ficar por conta dos órgãos de segurança pública e de quem tomou a decisão legal, porque, se se toma uma decisão legal não sei onde, expõem-se instituições nacionais, como as Forças Armadas, como se fossem órgãos de segurança pública. As Forças Armadas não são uma instituição de segurança pública, são uma instituição de defesa do País.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Ministro, eu vou fazer minha última pergunta, até para dar oportunidade a todos os Deputados.

Em audiência nesta CPI, o ex-Ministro e ex-Deputado Nelson Jobim afirmou a existência de vários casos de indígenas de outros países que estariam migrando para o Brasil em busca de direitos aqui concedidos. Na ocasião, inclusive, afirmou que a FUNAI estaria estimulando essa conduta e citou o exemplo da Serra de Maracaju, na fronteira com o Paraguai, onde haveria pretensão de demarcar uma grande nação guarani.

O que o Ministério da Defesa tem a dizer a respeito dessa questão? V.Exa. entende que a eventual unidade étnica-indígena estaria acima da soberania nacional e justificaria o livre deslocamento desses grupos por nossas fronteiras? Existe alguma espécie de controle para coibir esse tipo de situação? Existe preocupação do Ministério no que se refere à Convenção nº 169 da OIT e à Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas? Como tratar a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas diante da soberania do Estado brasileiro? É possível falar em nação indígena?

O SR. MINISTRO ALDO REBELO - Eu sou defensor da democracia e dos direitos humanos. Acho que o principal direito democrático e o principal direito humano que um cidadão deve ter é viver em um país independente e em um país soberano.



Quem vive numa colônia financeira, tecnológica, antropológica, cultural e acha que isso é o suficiente não pertence, naturalmente, à mesma natureza de pessoas à qual eu pertenço. Eu defendo a soberania do meu País. Esse é o bem mais importante a ser preservado e a ser defendido.

O primeiro direito democrático a ser reivindicado é viver em um país independente. Muitos povos até hoje não conseguiram isso e penam exatamente por isso. E um direito humano fundamental é também o de viver em um país independente. Com qualquer opinião, com qualquer movimento que exponha ao risco esses dois princípios ou esses dois direitos naturalmente eu não posso estar de acordo.

Com relação a essa Convenção da OIT que foi assumida pelo Brasil, pergunte se os países que zelam por sua soberania assinaram. Os Estados Unidos assinaram? A Rússia assinou? A França assinou? A China assinou? Não. Nós assinamos, porque temos uma ideia muito rebaixada do que é o nosso interesse nacional.

Há essas correntes que falam em nações indígenas. Existe um conceito antigo de nação indígena, mas não como comunidade nacional e sim como comunidade linguística. Isso de fato existe. Só que se confundiu o conceito de nação com o de nação linguística, como nós tínhamos antigamente. Estudava-se, até, no curso primário e no ginásio, a Jê e outras que diferenciavam os troncos linguísticos existentes no Brasil na época do início da colonização. Hoje, modernamente, tenta-se estender esse conceito de nação a uma espécie de autonomia — em que grau, exatamente, não se define; mas a uma certa autonomia. Esse documento da OIT chega, inclusive, a classificar e a detalhar que tipos de direitos seriam esses. Eu acho que eles foram forjados não para proteger populações aborígenes, mas para criar confusão.

Para proteger as populações aborígenes já se criou de tudo. Um rei da Bélgica criou uma sociedade de aborígenes que exterminou 10 milhões de habitantes do Congo. Ele é muito conhecido. Alguém aqui vai lembrar o nome dele. Há, inclusive, um livro. O Rei Leopoldo! O livro se chama *O Fantasma do Rei Leopoldo*.



O Rei Leopoldo criou uma sociedade de proteção dos aborígenes e, com esse instrumento, exterminou 10 milhões de congolezes. Eles desciam o Rio Congo fazendo tiro ao alvo. O chefe da missão militar tinha uma cerca de pau a pique, e, em cada estaca, havia um crânio de aborígenes. Até que um americano foi lá, descobriu e revelou para o mundo essa tragédia.

Então, é preciso fazer uma mediação do que é de fato interesse humanitário, legítimo e necessário de outros interesses nessas correntes internacionais que patrocinam emancipação, autonomia na causa dos povos indígenas.

Eu acho que há muita coisa autêntica, necessária, verdadeira, humanitária e há sentimento de culpa e de dívida de setores da opinião pública mundial em relação à omissão pelo sofrimento das populações indígenas. Isso se mistura com interesses geopolíticos, econômicos e tantos outros naquela área da Amazônia, cheia de terras raras, de minérios raros. Tudo está ali na Amazônia. Dizem que tem petróleo, tem aquíferos maiores do que o Guarani. Tem de tudo lá. E isso já gerou cobiça no passado. Aquelas três Guianas não estão ali no Maciço das Guianas por acaso. A Guiana Francesa, o Suriname e a Guiana Inglesa estão ali porque havia cobiça antiga. Já no começo do século XX a Inglaterra nos levou 20 mil quilômetros de Roraima na Questão do Pirara, em 1904. Então, é preciso estar atento a essa situação.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Vou encerrar, Sr. Presidente. Antes quero apenas externar a minha admiração pelo Ministro e dizer que S.Exa. foi fundamental para que pudéssemos aprovar, aqui, uma matéria importantíssima, que foi o Código Florestal. Isso pacificou o Brasil.

Os governos, hoje, têm um rito na questão ambiental. O meu Estado de Mato Grosso ganhou muito com isso. Ainda há muito que ser melhorado, mas o Código Florestal deu esse rito. A questão indígena no Brasil precisa, de fato, deixar de ser um debate poético, ideológico. Nos últimos 10 anos aumentou o número de mortes indígenas no Brasil em 168%. Eu repito isso aqui sempre. De cada 100 índios mortos, 40 são crianças de 1 a 5 anos de idade. Então, não é a terra.

Acredito, Ministro, que o Governo brasileiro poderia oferecer um plano diretor de desenvolvimento ou de demarcações de áreas onde há realmente necessidade, até porque 98% das áreas demarcadas estão na Amazônia e 2% estão fora da



Amazônia. A diferença de cultura entre esses índios é um abismo. Muitos querem produzir, outros não querem, mas é preciso detectar isso para saber exatamente o que cada um precisa do Governo, já que o Governo o quer independente.

Eu sou contrário a isso. Eu não quero que o índio seja um quadro de parede, bonito, ou uma escultura a ser guardada. Ao contrário disso, o índio é um ser humano, e temos que explorar toda sua cultura, sim, mas com respeito a ele.

Hoje, quem conhece de fato onde estão os índios e como eles estão vivendo sabe que uma meia dúzia na aldeia vive bem e o restante vive na miséria, buscando ajuda de prefeitos, vereadores e da sociedade civil organizada.

Paralelo a isso, há uma contribuição negativa de muitas ONGs, que trazem a corrupção principalmente para a área da saúde indígena — este é outro debate a ser trazido a esta Comissão devido às informações que já têm chegado aqui.

Agradeço a sua colaboração e parabenizo V.Exa. Com toda certeza, o intuito desta CPI é chegar ao final com um relatório que possa melhorar a vida do índio e acabar com o conflito entre os brasileiros, indígenas ou não indígenas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado Nilson Leitão.

Com a palavra, neste momento, para seus questionamentos, o Deputado Valdir Colatto, pelo período de até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Ministro Aldo Rebelo, é uma alegria vê-lo aqui nesta Casa, V.Exa. que já foi nosso Presidente, nosso Relator do Código Florestal e que agora traz luzes para esta questão não menos importante ou menos complexa, que é a questão indígena no Brasil.

Agradeço a V.Exa. pelo trabalho que realizou quando assumiu a relatoria do Código Florestal Brasileiro, que foi uma das leis mais importantes aprovadas por esta Casa e que está dando ao Brasil, Sr. Ministro, um pouquinho da visão de como é ocupado o território brasileiro.

Na semana passada, em conversa com a Ministra Izabella Teixeira, ela nos confessou que o Brasil vai tirar imensas vantagens dos dados que são levantados através do Cadastro Ambiental Rural — CAR. Estrategicamente, o Brasil vai saber



exatamente como é a ocupação do seu território. Hoje, 70% dos cadastros do Brasil foram feitos pelos agricultores, a seus custos, que vão entregar de graça para o Governo o maior programa ambiental de reflorestamento do planeta.

Então, Ministro, queria agradecer-lhe publicamente, V.Exa. sabe que o admiramos, o trabalho que foi feito, as viagens que fizemos pelo Brasil afora para levantar essa situação. O conhecimento que V.Exa. tem a respeito do Brasil hoje, como Ministro da Defesa, muito mais do que antes, com certeza com mais informações, traz-nos um desafio e um pedido: ajude-nos a desatar este nó que é a questão indígena no Brasil. Nós tivemos o privilégio de tê-lo na relatoria do Código Florestal Brasileiro, que hoje é um marco para o Brasil, com certeza, para buscarmos a solução dos nossos problemas fundiários, principalmente, e ambientais.

Ministro, eu vou fazer duas ou três perguntas a V.Exa. Depois eu o deixarei à vontade para respondê-las. Na primeira, vou me dirigir mais à sua área. No pronunciamento de V.Exa., vi até um desabafo em relação à sua indignação diante de determinadas situações que acontecem no Brasil. Gostaria de saber como V.Exa., com o seu conhecimento, com a sua posição, com os seus princípios de vida e de cidadão, encara esse processo, no qual o Governo que aí está avaliza esse tipo de coisa no Brasil e defende claramente essa antropologia, conforme V.Exa. aqui colocou, falsa, manipulada. Gostaria de saber como V.Exa. se sente dentro desse processo, com a clareza que o senhor tem de como ele deve ser feito e diante da importância do cargo que ocupa como Ministro da Defesa.

A segunda pergunta, Ministro, é em relação às fronteiras. V.Exa. falou de Uiramutã e Pacaraima, dois Municípios fronteiriços em Roraima. Eu os conheço e já estive também na Raposa Serra do Sol, onde se comete a maior injustiça com os únicos Municípios que fazem fronteira com a Venezuela. Eu já fiz a seguinte pergunta a outra autoridade, da qual não vou citar o nome: o que garantiria mais segurança, os brasileiros nas suas atividades normais, o Exército Brasileiro, ou as terras indígenas nas fronteiras? Há uma corrente de pensadores que acham que os indígenas têm de ficar na fronteira, porque eles oferecem mais segurança do que o próprio Exército Brasileiro. Eu queria que V.Exa. falasse sobre isso.



A terceira pergunta é em relação ao direito originário. V.Exa. é um historiador, gosta de história, é um profundo conhecedor do assunto, e sabe da defesa de alguns segmentos da sociedade brasileira. A Constituição, em seu art. 231, fala sobre as terras de habitação permanente. Quando a Constituição foi promulgada, em 5 de outubro de 1988, ela não garantia aos atuais habitantes dessa área o direito originário, quer dizer, antes do Estado. Então, argumenta-se que os indígenas têm o direito originário antes do Estado Brasileiro, que é a tese defendida por essas correntes que estão trabalhando esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, peço que observe o tempo, por favor.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Vou concluir, Sr. Presidente.

Mas eu queria saber como está a situação das Forças Armadas nas entradas dessas áreas. O Supremo Tribunal Federal autorizou não só o trânsito do Exército Brasileiro e das Forças Armadas nas áreas ditas indígenas, como também a realização de obras públicas. Nós sabemos que — pelo menos essa é a informação que nos chega — até as Forças Armadas têm dificuldade de acesso às áreas indígenas brasileiras.

Agradeço a V.Exa. e o parabenizo pela exposição.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, uma questão de ordem, por favor. Foi iniciada a Ordem do Dia. Então, eu queria fazer um pedido a V.Exa.: é possível o conjunto de Parlamentares inscritos fazerem suas intervenções e depois o Ministro respondê-las em bloco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não há nenhum impedimento. Então, neste caso, vamos fazer blocos de três Parlamentares, para que o Ministro tenha condição de responder adequadamente a todos.

Concedo a palavra, de imediato, ao Deputado Nilto Tatto, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Cumprimento o nosso Presidente, Deputado Alceu Moreira, e o Ministro Aldo Rebelo, a quem parabenizo pela forma como vem conduzindo o Ministério da Defesa. Mas, de antemão, eu quero até expressar meu contraditório ao pensamento de V.Exa., porque de fato é uma linha de pensamento.



Vou até citar algumas questões. Conheço muito a área indígena. Gostaria de aproveitar a oportunidade e dizer, na frente do Ministro, que já fui socorrido na divisa com a Colômbia, no Alto Rio Negro, pelo Exército. Fiquei sem gasolina. Gostaria de citar algumas coisas importantes e até elogiar as Forças Armadas. Sei da importância da presença e do papel das Forças Armadas naquela região, estão ajudando muito. A grande maioria dos soldados que estão no pelotão de fronteira é indígena.

Os indígenas também reclamam que eles não saem daquela patente, que não podem progredir. Então, esse é um problema. Temos que pensar numa integração. Que integração é essa que só se pode ser cabo raso? É a mesma integração daqueles que não aceitam que pobre e preto possam chegar a uma universidade. Eu queria levantar isso.

Acompanhei de perto também outra questão quando trabalhei assessorando os indígenas. E quero dizer que não faço parte de um complô internacional. Um dos problemas lá relatados era em relação aos treinamentos de sobrevivência na selva. Quando se colocavam os soldados para se virar no meio da floresta durante uma semana, era muito comum eles se virarem rapando a roça dos índios.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Não, não estou dizendo que essa é uma ação deliberada. Estou dizendo que é muito mais fácil encontrar produtos ali do que... Depois, o próprio Exército admitiu o problema, num processo de diálogo com os índios, e trabalhou para resolver essa questão.

Eu também verifiquei lá o que senhor mencionou aqui. Muitos soldados da cidade, principalmente do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outras cidades do Sul iam passar uma temporada de 2 anos. Eles acabavam namorando e depois iam embora. São Gabriel da Cachoeira talvez seja a cidade com o maior índice de mães solteiras, vamos dizer assim.

Esse é um problema social. E não dá para dizer que o Exército... Mas, de certa forma, ele tem responsabilidade, porque foi ele quem provocou a ida de soldados àquela região. Então, era essa a questão do conflito, não da forma como o senhor colocou. É preciso entender que se tratava de um problema que não era



possível o Exército admitir, mas que avançou inclusive para essa questão. Isso é importante ser colocado.

Há quem pergunte: *“De quem é a propriedade da terra indígena? De quem é o título dela?”* É da União. Eu pergunto: *“O que oferece mais risco do ponto de vista da fronteira, um grande conglomerado internacional que compra grandes áreas extensas na área de fronteira ou uma terra indígena? O que oferece mais risco para a soberania nacional?”*

E volto a essa questão da soberania nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Vou concluir, Presidente. Eu estou fazendo uma série de perguntas.

O Brasil pagou para os guaranis o papel que eles tiveram, por exemplo, na Guerra do Paraguai? Porque até hoje eles estão lá. O que fez o Brasil? Getúlio Vargas levou uma série de gaúchos para fazer um projeto de colonização na terra deles.

Então, foi citada uma série de exemplos aqui e se nega o novo bandeirantismo, que temos até hoje e que, de certa forma, invade espaços de terras indígenas.

Citou-se aqui o exemplo de Marãiwatsédé. Quando a AGIP abdicou da área, por se tratar de terra indígena, houve toda uma movimentação para colocar gente lá dentro, contra aquela terra indígena. E depois... V.Exa. mesmo colocou aqui que — talvez sem ter buscado as informações anteriores — aquelas pessoas, criancinhas doentes que estavam no hospital da escola, estavam lá há centenas de anos. E não sabe que houve lá, de certa forma, um novo bandeirantismo para poder suprimir, para acabar com o direito daquele povo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Nilto Tatto, V.Exa. já usou o dobro do tempo e, portanto, tem que concluir, até por respeito aos outros Parlamentares.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Finalizando, eu gostaria de deixar claro, Ministro, pois acho que não foi dito, que esta CPI é majoritariamente bancada por aquilo que chamamos de bancada ruralista aqui dentro, e que tem seus objetivos



claros. Costumamos dizer também que é uma CPI do “Fim do Mundo”, porque ela não tem limites do ponto de vista de tempo e de abarcamento. Mas ela é claramente uma CPI para suprimir direitos, garantidos na Constituição, dos índios, dos quilombolas e dos assentados.

Eu só estou esperando que esta CPI, daqui a pouco, comece a investigar também o Ministério do Desenvolvimento Social. Majoritariamente, esta CPI também faz parte do grupo que hoje tenta dar um golpe inclusive neste País, porque não aceita, de forma nenhuma, as mudanças que vêm ocorrendo do ponto de vista da inclusão social e do respeito às diferenças, que é uma conquista do povo brasileiro. Conquistas essas que, de certa forma, têm avançando a partir da implementação de políticas dos Governos Lula e Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Nilto Tatto, peço que conclua, por favor. Eu não posso ser mais tolerante com isso.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - É importante que o senhor saiba, é importante que o senhor saiba que esta CPI também está sendo usada como um instrumento para combater essas políticas.

Por último, eu imagino que o complô maior, internacional, que coloca em risco a soberania nacional... E eu vou dar um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, por favor. V.Exa. não terá mais a palavra.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - As petrolíferas, por exemplo, que estão por trás...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não tem mais a palavra. Foram 9 minutos, e nenhum Deputado teve direito a isso. Aliás, eu quero lhe dizer o seguinte: respeito a sua posição e não concordo com nenhuma palavra.

Por favor, Ministro, V.Exa. pode dar sua resposta.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está tudo bem. Vamos voltar. A próxima é a Deputada Shéridan, que não está aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pode sim, não há nenhum problema.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Estou sem microfone aqui. Agora sim.

Presidente, Deputados, Ministro, quando eu cheguei a esta Casa, em 2009, V.Exa. era candidato à Presidência da Casa. O então líder do meu partido à época pediu-me que fizesse uma análise de como os Parlamentares da bancada do Rio de Janeiro estavam votando.

Na primeira entrevista que dei no dia da posse, eu disse que o meu candidato a Presidente da Câmara dos Deputados era o Aldo Rebelo. Uma das ligações que eu fiz a Parlamentares do Rio de Janeiro, inocentemente, porque cheguei aqui com 20 e poucos anos, foi para o atual Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, que me disse o seguinte — eu nunca tinha tido um contato pessoal com ele, era a primeira vez que eu ouvia a voz do então Presidente: *“Olhe, o nosso candidato se chama Michel Temer. Eu já soube de uma declaração sua no sentido de que vota em Aldo Rebelo. Se você reafirmar isso, no dia da votação, nós iremos retirá-lo, porque você é suplente e o titular vai voltar para poder fazer a votação”*.

Eu reafirmei o meu voto em Aldo Rebelo e, naquele dia, exatamente no dia da votação, eu fui retirado. O titular voltou para a votação.

Mas eu fiquei muito feliz ao receber ligação do senhor, dizendo: *“Olhe, Glauber, eu estou computando o seu voto, como se você estivesse votando, neste momento, na eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados”*.

Eu tenho uma enorme admiração por V.Exa. E é exatamente isso que me dá a possibilidade de, neste momento, fazer uma crítica contundente à presença de V.Exa. nesta Comissão no dia de hoje. Aqueles que vão elogiar o senhor hoje não nutrem por V.Exa. a admiração que nós nutrimos e, mais do que isso, não dialogam com V.Exa. nos outros temas com a mesma compatibilidade que nós temos. Posso dizer isso sem medo de errar.

Sr. Presidente, o Deputado Alceu Moreira — digo isto com todo o respeito —, ontem, da tribuna da Câmara dos Deputados, agradecia a Deus que o PMDB estivesse saindo do Governo, não como uma crítica à esquerda, mas dizendo que o Governo estava se transformando ou transformando o Brasil em uma república bolivariana, se eu não me engano.



O Relator desta Comissão é exatamente aquele que desfere os discursos mais duros não à esquerda, mas à direita, contra o Governo Federal. E faz isso não em relação àquilo que o Governo erra, mas acerca daqueles pontos em que o Governo acerta, porque a crítica que faz, repito, é pela direita.

Esta Comissão tem um objetivo claro: fortalecer aqueles segmentos que fazem crítica de direita e subtrair direitos. Não vou falar de bancada ruralista nem vou generalizar todos os Parlamentares que participam desta Comissão, mas, claramente, o que dirige os trabalhos desta Comissão é o interesse do latifúndio.

Não é à toa que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem na existência desta Comissão a possibilidade concreta de ferimento de direitos, exatamente numa ação que vai inviabilizar o processo de reforma agrária verdadeiro no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Observe o tempo, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Vou concluir.

A presença de V.Exa. — digo isso com a firmeza de quem compartilha de suas ideias não só em relação a este tema como também a muitos outros, aproveitando a oportunidade para falar do respeito que tenho por V.Exa. — nesta Comissão hoje faz com que aquilo que V.Exa. não disse seja legitimado por aquilo que V.Exa. disse. É isso.

V.Exa. tem uma biografia que tem muito mais acertos do que erros — disso não tenho dúvida —, uma biografia que todos aqueles que admiram a sua trajetória podem elogiar. Mas, infelizmente, no dia de hoje, legitimando os trabalhos desta Comissão, no momento político que o Brasil está vivenciando, esse foi um erro que também vai ficar na biografia de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Conclua, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - A legitimação de um espaço político que tem sido utilizado como ferramenta da direita na luta política nacional não pode ter, de forma alguma, combustível por nós colocado, exatamente porque esta Comissão tem que ser deslegitimada, uma vez que ela tem tido o papel de ferir e



diminuir direitos de todos aqueles que historicamente tiveram os seus direitos suprimidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Aldo Rebelo, fico folgado em saber da sua independência e do seu profundo conhecimento. Portanto, fique à vontade para responder.

O SR. MINISTRO ALDO REBELO - Muito obrigado, Presidente Alceu Moreira. Eu começo aqui com as questões abordadas pelo Deputado Valdir Colatto.

Deputado Colatto, as ações que orientam o posicionamento em torno dessa agenda não são de governo. O Estado brasileiro, de certa forma, já foi submetido a essa visão de mundo e a essa política. Independentemente do que o Governo possa fazer, as atribuições oferecidas a essas instituições já são de tal forma abrangentes que elas dispõem de autonomia. A única instituição que hoje se submete plenamente ao comando do Poder Executivo são as Forças Armadas. Até o delegado da Polícia Federal quer autonomia para agir do jeito que quer. É isso o que nós vemos por aí.

A FUNAI já tem a sua autonomia, o antropólogo que faz um laudo não está submetido a ninguém. Aquele laudo transforma-se num parecer que vai para o Ministério da Justiça, depois vai para a Presidência da República, e o Presidente da República tem apenas a atribuição de homologá-lo ou não. Então, essas questões não dividem Governo, e sim razões de Estado.

Se o direito originário, como categoria que protege as chamadas prerrogativas dos povos originários, fosse aplicado ao mundo como um todo, imaginem o que seria da Europa após as múltiplas migrações, durante séculos ou durante milênios. Onde estão as prerrogativas, por exemplo, dos celtas, que vieram do Oriente europeu, que ocuparam uma parte das ilhas britânicas, que foram para a Península Ibérica, que disputaram espaço com outras tribos? Quem tem exatamente o direito originário?

No caso do Brasil, as populações que aqui chegaram inicialmente foram os portugueses e, depois, os africanos, trazidos como escravos, em presença semelhante a todos os processos coloniais que se reproduziram no mundo. Era a época dos impérios coloniais. Como é que se vão subtrair direitos das populações



que migraram na onda daquela fase da história humana, dizendo que esses direitos devem ser subtraídos porque havia direitos anteriores de outros povos, migrantes da mesma forma? Há divergência quanto à origem das populações pré-colombianas nas Américas, mas há o consenso de que elas vieram de outros continentes. Então, eu acho que esse não é um debate que esclareça ou que estabeleça direitos definitivos de uns em prejuízo de outros.

Deputado Nilto Tatto, eu fiz a ressalva da vocação, até da necessidade, da existência de organizações humanitárias no Brasil e no mundo que, de fato, de boa-fé socorrem, protegem e militam pela causa dos índios. Aliás, comecei por isso, dizendo que essas causas nobres, muitas vezes, servem de instrumento para manipulações indesejadas, mas parti da nobreza e da justeza dessas causas e apontei outras como a da democracia, a dos direitos humanos e a do meio ambiente, que, exatamente por serem nobres e justas, servem muitas vezes de biombo para manipulação e interesses econômicos e geopolíticos. Aqui pude oferecer vários exemplos.

Não estou aqui fazendo um sinal de igualdade entre quem milita nessas causas por razões humanitárias e quem nelas ocupa o papel de ativista interesseiro. Eu fiz essa distinção de forma muito clara.

Deputado Glauber Braga, pela sua biografia e pela sua inteligência, eu sinceramente gostaria que V.Exa. compartilhasse das minhas ideias nesse outro terreno, no qual V.Exa. manifesta tão clara e tão profunda divergência. Lamento por termos divergências nesse terreno.

A minha compreensão da minha presença aqui numa instituição do Congresso Nacional, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, não é para fazer um debate conjuntural. Todos os que estão aqui sabem das suas respectivas posições em relação à conjuntura. Já vivi, aliás, muitas conjunturas aqui. Já fui Líder do Governo do Presidente Lula num ano difícil, num momento difícil. Já fui Presidente da Casa, eleito com o apoio do Partido dos Trabalhadores. Já fui derrotado na eleição da Casa, numa aliança exatamente do Partido dos Trabalhadores com o PMDB, todos que estão aqui: eles e o PT, unidos, para me derrotar numa eleição para a Presidência da Câmara. Sempre atribuí essas circunstâncias à conjuntura e à



luta política e sempre procurei separar essas circunstâncias conjunturais das razões mais profundas e mais duradouras do Estado brasileiro e do povo brasileiro.

As alianças ou as identidades, conjuntamente, mudam mais do que estrategicamente. Conjuntamente, eu já passei aqui por muitas alianças e por muitas mudanças. O que cabe aqui é debater as razões mais duradouras da sociedade brasileira e do Estado brasileiro, diante de temas tão sensíveis, que merecem uma discussão acurada, aberta, carregada muito mais de argumentos do que de emoção.

Esses debates são de difícil posicionamento, porque as causas legítimas podem estar numa fronteira muito tênue com causas ilegítimas, onde direitos incontornáveis de uma parcela de nacionais podem estar associados a direitos incontornáveis de outra parcela. Eu não posso, com o senso de equilíbrio de quem é responsável por assuntos de Estado, debater interesses e direitos de uma parcela da população, quando há controvérsia e disputa, sem levar em conta os argumentos e os direitos da outra parte. Eu não posso, em determinadas circunstâncias, conhecer os direitos de determinada parcela da população e desconhecer o direito de outra parcela.

E o papel de cada um deles? Aqui foi feito quase que um ataque, uma condenação ao que se chamou de bancada ruralista. Eu nunca fui filiado, membro, integrante da bancada ruralista. Sempre, na minha vida política, tive o voto urbano, militando lá na cidade de São Paulo, como pode testemunhar V.Exa. Mas, num determinado momento, sem que tivesse tradição nem interesse corporativo nessa discussão, eu fui conduzido a relatar uma matéria muito controversa, que foi o Código Florestal, e a fazer a defesa dos interesses dos agricultores brasileiros, de todos eles — dos médios, dos grandes, dos pequenos —, como parte do interesse nacional, não como parte do interesse de uma corporação, mas como parte do interesse do País.

E, no meio de muita controvérsia, de muito debate, alguns até que se aproximam deste que V.Exa., Deputado Glauber, pôs aqui na Comissão, nós terminamos por elaborar um relatório e um Código Florestal que, na época tão condenado e tão atacado, terminou servindo de trunfo para o Brasil nesse encontro de Paris. Foi apontado por um Ministro da Fazenda como a maior reforma



microeconômica do Brasil nos últimos 20 anos. Foi apresentado pela Ministra do Meio Ambiente e pelo Ministério do Meio Ambiente, de onde partiram tantas resistências, tantas críticas, tantas ressalvas e tantos ataques àquele relatório, a declaração de que ele foi um marco importante para a relação entre produção e meio ambiente no Brasil.

Portanto, é preciso, em determinados momentos, com humildade, com tranquilidade, ter coragem de enfrentar as controvérsias, de arrostar os riscos de um debate ideológico que, ao mesmo tempo, pode explicar tudo e, ao mesmo tempo, não resolver nada. Pode ser que não. *“V.Exa., como Ministro ou como defensor de um Governo que está sob ataque, poderia abdicar das suas convicções por causa disso?”* Eu digo: *“Não”*. As minhas convicções são plenas, de defesa intransigente desse Governo, da Presidente da República, do seu mandato, da lealdade a toda prova ao Governo dela; e, ao mesmo tempo, da minha convicção de que, em determinadas matérias, muito mais do que o Governo, o Estado brasileiro cometeu equívocos profundos, que expõem interesses nacionais duradouros a riscos que nós precisamos contornar.

Eu, portanto, digo a V.Exa. que talvez, se o debate fosse sobre a conjuntura, os argumentos fossem outros. Mas, como não é, é um debate sobre questões de Estado, as minhas razões são estas que expus até agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Ministro.

Com a palavra, por 3 minutos, o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero começar lembrando o início do pronunciamento de V.Exa., quando V.Exa. disse: *“Serei eternamente devedor a esta Casa”*. Pode saber que não só esta Casa, mas o Brasil deve muito a V.Exa., até por esta sua conduta destemida, pelas contingências que nós imaginamos que deva ter em relação à sua proximidade partidária, que lhe deve impor certas dificuldades, certos obstáculos. Mas, mesmo assim, V.Exa. destemidamente tem pensado no Brasil. E a prova é isso que V.Exa. disse, que o seu trabalho é mundialmente reconhecido. O Brasil lhe reconhece.

Há uma frase muito batida: *“A unanimidade é burra”*. Portanto, é bom que nós tenhamos críticas, desde que construtivas. Aliás, Bertrand Russell, um grande



filósofo, tão admirado por sua inteligência, dizia: *“Eu não daria a minha vida pelas minhas ideias, porque eu posso estar equivocado”*. Então, acho que essa humildade que V.Exa. traduz nos traz alento neste nosso contexto, já que aqui estamos numa CPI, em que se imagina que nós estejamos perseguindo e com intuitos. Nós não estamos nada! Nós estamos querendo, exatamente na linha em que V.Exa. conduziu o Código Florestal, achar uma saída, para que nós não prossigamos tendo esses conflitos.

Nós ouvimos aqui o ex-Ministro Nelson Jobim dizer que nós temos conflito. Onde? Onde os indígenas moram? Não, nós temos conflitos onde os brancos estão residindo, onde se lhes quer impingir que dali de dentro eles se retirem gratuitamente, percam tudo que têm, uma história centenária, e se vejam, de uma hora para outra, sem nenhum recurso.

Nós estamos testemunhando isso no Brasil. V.Exa., que foi lá na Raposa Terra do Sol... Aliás, nós devemos ter, mas será muito mais fácil para nós se V.Exa. nos dispuser a cópia do relatório. Ou nós tiramos uma cópia. É uma pena que muita gente não estava aqui, quando V.Exa. o apresentou. Certamente haveria uma apreciação diferente em relação ao mais que nós ouvimos aqui.

Eu fico imaginando se nós não deveríamos, amanhã ou depois, ser pressionados, se nós não deveríamos devolver o Acre para a Bolívia, nesse raciocínio. Ou talvez tomar do Uruguai a Província Cisplatina. Afinal, era nossa, e nós a queremos de volta do Uruguai. Ou os bolivianos vão nos tomar de volta o Acre. Esse é o raciocínio.

Para evitar esses conflitos que se eternizam, a Constituição veio e disse que existe um marco. O Supremo reconhece: o marco temporal é de 1988. Não adianta olhar para trás. Mas a Constituição, percebemos aqui, ela não existe! É triste dizer isso, ela não existe!

E há mais gente no Governo que se alinha. Basta ver, agora saiu, mas o Advogado-Geral da União pensava como V.Exa. pensa. Então, temos certo alento quando percebemos que pelo menos algumas pessoas estão compreendendo o que nós estamos querendo dizer. Nós não queremos conflito com ninguém. Nós não somos bancada ruralista — eu, pelo menos, não sou. Eu quero ver uma maneira de evitar aquilo que está acontecendo inclusive no meu Estado e na minha região.



Eu moro numa região em que, certamente, antes de 1988, uns 40 anos antes, já não havia nenhum indígena. Aí vai alguém lá, um antropólogo, e cria uma situação onde não há nenhum indígena. Querem tomar 14 mil hectares e desalojar mil pessoas, que vão para a rua sem nada, graças à criação etérea, abstrata, teratológica de um antropólogo.

É por isso aí que estamos aqui revoltados. É isso que vemos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, onde os brancos — ou os não índios, para não qualificá-los como os brancos — estão estabelecidos e estão sendo provocados. Nós estamos criando injustiças. Trata-se daquilo que o Deputado Alceu Moreira falou no começo: “*Não se repara uma injustiça com outra*”. Nós precisamos de um mecanismo que faça o entrosamento desses conflitos.

Dou apenas este meu testemunho, nem vou fazer a V.Exa. uma pergunta. Quero dizer-lhe somente isto: V.Exa. pode crer que, se alguém se decepciona, V.Exa. tem cada vez mais admiradores, pela forma corajosa como se coloca.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alceu Moreira) - Obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, Sra. Relatora, colegas Parlamentares, saúdo o nosso Ministro Aldo Rebelo.

Sr. Ministro, da mesma forma que o Deputado Osmar Serraglio disse, eu dizia que eu sou progressista, e o Aldo Rebelo é comunista, mas há uma coisa que nos une: o nacionalismo. Nós somos brasileiros e pensamos no nosso País. Isso é o que nos leva. Não interessa a coloração partidária.

É uma pena que os colegas que falaram não estão aqui. Agora o que eu vejo, assim como V.Exa. falou, são as injustiças. Não sei se o Deputado Alceu Moreira falou nisto, ou se alguém mais falou. Peguem o Mato Preto especificamente. São 4.230 hectares e 365 famílias. Que latifundiários são esses? Cento e tantos anos em cima da mesma terra, para um laudo antropológico roubar a terra! É isso?

Acho que V.Exa. hoje e o Ministro Eugênio Aragão, que está no Ministério da Justiça, e os Deputados Osmar Serraglio e Valdir Colatto, e o Presidente Alceu Moreira, quem sabe nós possamos conversar com o Aragão? Ele entende esse



processo. Desde o tempo do Collor, ele já trabalhava nessa questão indígena. Ele já trabalhou nessa questão.

Por isso, eu acho que nós tínhamos que fazer esse encaminhamento, Ministro Aldo Rebelo, para que a pudéssemos ajustar e corrigir essas distorções. Ninguém quer causar problema aos índios, ninguém quer tirar direito dos índios. Agora, o que nós não podemos aceitar são as injustiças que estão sendo cometidas contra os pequenos produtores do Rio Grande do Sul ou os assentados da reforma agrária.

V.Exa. se lembra, na região da Bahia, do assentado. O cara foi morto. Ele veio aqui, numa reunião com o Deputado Michel Temer, em que nós estávamos, e disse: *“Eu talvez não possa vir aqui, na próxima reunião”*, porque ele estava ameaçado de morte e foi morto. Ele defendia e dizia: *“Eu era assentado, fomos retirados daquele assentamento. O INCRA nos assentou em outra área. Agora tira de novo”*.

Quer dizer, assentado da reforma agrária estava do nosso lado. Que latifundiário são esses? Que bancada ruralista? Quer dizer, havia assentados da reforma agrária, Deputado, junto conosco, na mesma trincheira, defendendo os mesmos direitos das injustiças que estão sendo cometidas neste momento.

V.Exa. lembrou bem aquele caso com o Deputado Moacir Micheletto, nós estivemos lá. V.Exa. se lembra daquela índia que era Prefeita da cidade de Uiramutã. Ela nos preparou uma recepção. O que diziam aqueles cartazes? A maioria dos que estavam ali diziam: *“Fora, padres italianos, alemães, freiras”*. Eles diziam isso. Brasileiros dizendo: *“Fora essa gente”*. E nós fomos lá.

Ainda lembro que Deputado Moacir Micheletto não queria dizer: *“Meu nome é Micheletto”*. Falavam: *“Fora os italianos.” “Não, meu nome é Moacir. A minha mãe botou Moacir em homenagem aos índios.”* Ele não quis dizer que o nome dele era Micheletto.

Então, esse é o fato, Ministro Aldo Rebelo.

Acho que nesse sentido nós podemos fazer, quem sabe, essa junção do Ministro Aragão, do Ministro Aldo para que o Governo dê uma nova direção.

É muito simples, no Rio Grande do Sul, ou em qualquer Estado brasileiro. Compre as áreas, pague decentemente e coloquem quem quiser lá em cima, mas não roubem a terra de quem é legítimo proprietário.



O Deputado aqui vai colocar o caso de Pompeu: 300, 400 anos. Não são 100 anos, são 400 anos em cima da mesma terra, e agora alguém se acha no direito de tirar essas famílias dali.

É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Abel Mesquita Jr., S.Exa. tem a palavra por 3 minutos para formular seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO ABEL MESQUITA JR. - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Ministro Aldo Rebelo, o povo de Roraima manda um grande abraço para V.Exa.

Eu quero dizer que eu estou perplexo com o conhecimento que o Ministro tem a respeito do nosso Estado. Alguns colegas talvez não saibam o que é um Estado daquele tamanho, daquela dimensão, com sessenta e poucos por cento de suas terras demarcadas por áreas indígenas.

Hoje nós não podemos integrar o Estado de Roraima e as demais comunidades indígenas com o norte do Estado com o sistema nacional de energia, sobre uma área que atravessa a reserva indígena Waimiri Atroari, numa faixa de domínio do Governo Federal, onde há uma BR há mais de 35 anos, onde o nosso Estado fica isolado das 18 horas às 6 horas da manhã, por não poder trafegar, porque lá está acorrentado o nosso Estado por mais de 30 anos. E agora alguns rios do nosso Estado também estão sendo acorrentados.

Eu faço algumas ponderações aqui. V.Exa. me chamou atenção para um dado central sobre a Convenção 169, da OIT. Nenhum País sério, que zela pela sua soberania nacional, assinou essa verdadeira armadilha que tolhe a liberdade e a autonomia nacional. Este é um fato extremamente grave e assustador que deve chamar a atenção de qualquer Parlamentar preocupado com a soberania do País.

Gostaria de saber como fomos cometer esse equívoco. Qual é a sua hipótese para justificar que o Brasil tenha cometido esse equívoco de assinar essa convenção? Seria plausível levantar a hipótese de que essa convenção foi feita especificamente para afetar o Brasil e os países sul-americanos?

Ministro, V.Exa., quando Deputado, e o Sr. Ibsen Pinheiro apresentaram o Projeto de Lei nº 4.791, que prevê que demarcações de terras indígenas sejam submetidas à aprovação do Congresso Nacional, que não por acaso são os mesmos



objetivos expressos e sustentados pela Proposta de Emenda à Constituição nº 215. Quais foram os motivos e convicções que levaram V.Exa. a apresentar esse projeto?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Ministro.

O SR. MINISTRO ALDO REBELO - Eu agradeço os comentários e as referências do Deputado Osmar Serraglio e do Deputado Luis Carlos Heinze. E digo ao Deputado Abel que já comentei que a Convenção da OIT teria sido assinada, como outros acordos internacionais lesivos à soberania do Brasil, como o Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares — TNP, em razão da baixa percepção dos interesses nacionais.

A agenda da sociedade brasileira foi centralizada em duas questões: a agenda democrática e a agenda dos direitos sociais. A agenda dos interesses nacionais foi relegada, esquecida ou subestimada por todos os Governos, sem exceção — por todos os Governos. O TNP eu sei que foi o Presidente Fernando Henrique quem assinou; a convenção dos direitos indígenas eu não sei se foi ele ou se foi o Presidente Lula — eu não lembro direito.

Não havia muita distinção entre essa percepção... Principalmente depois do fim da União Soviética, quando China, Rússia, França, Estados Unidos trataram de observar a sobrevivência das suas nações, nós mergulhamos numa espécie de corredeira. Fomos deslizando e concedendo interesses nacionais em todas as áreas. Acho que a assinatura dessa convenção foi um capítulo das concessões que nós fizemos. Assinamos a Lei de Patentes, assinamos o TNP. Saímos assinando tudo, lamentavelmente.

Conheço razoavelmente e tenho uma grande estima pelo seu Estado e uma grande preocupação, Deputado Abel, com o destino de Roraima. Às vezes, eu sinto que o Brasil trata os Estados do Norte como uma colônia e não como membros legítimos da Federação. E temo pelas consequências desse tipo de tratamento.

O Estado de Roraima foi quase inviabilizado economicamente. Negou-se inclusive a área onde se produzia arroz com alta tecnologia, com irrigação por gravidade, com melhoria genética de sementes. Era 1% da área a ser demarcada, e isso foi negado a Roraima. Eu vi, na periferia de Boa Vista, amontoados, os



equipamentos de uma destilaria que também foi proibida. Roraima tem que importar etanol de São Paulo; farinha de mandioca do Paraná; leite de Rondônia.

A população naturalmente observa isso e diz o seguinte: *“O que é que o Brasil quer de nós?”*

O que é que nós estamos fazendo para estabelecer os liames e os laços de coesão nacional, tratando as populações do Norte dessa forma? Qual é o sentimento de nacionalidade que uma população que é tratada como uma colônia pode ter em relação aos demais integrantes do País? Vai olhar para nós como?

Quando nós aqui propusemos uma medida provisória que facilitava o licenciamento ambiental para a construção ou a reforma de estradas e para obras de infraestrutura — com exceção para a Amazônia —, na época, eu dizia: *“Não é São Paulo que precisa dessa facilidade. São Paulo já está plenamente interligado por rodovia, por uma malha rodoviária quase completa. Quem não tem ligação rodoviária são as Capitais e as cidades do Norte, por exemplo, Porto Velho com Manaus”*. Está lá até hoje a confusão.

Essa ligação é o Linhão Tucuruí. Não se permite que chegue luz elétrica. Guri, na Venezuela, já não tem condições de nos garantir eletricidade em Roraima. Esse linhão ainda não está liberado porque a FUNAI ou um grupo argumenta que as torres possibilitam acidente às populações indígenas da área. E nós não podemos fazer isso.

Não se pode permitir o recapeamento ou o conserto da BR Porto Velho-Manaus porque isso também feriria o meio ambiente. É o contrário: vias de acesso permitem a presença da fiscalização do Estado para melhor proteger o meio ambiente.

Então, Deputado Abel, eu partilho as preocupações de V.Exa. Acho que nós precisamos assumir atitudes. Eu apresentei o projeto de lei com o ex-Deputado Ibsen Pinheiro exatamente por essa razão. Eu via tanta injustiça, tanto absurdo sendo cometido!

Quando eu li o relatório do Deputado Lindbergh Farias, com as manipulações dos laudos, que foram produzidos de forma desonesta, eu disse: *“Não. É preciso haver uma instância de mediação, onde os interesses em conflito sejam analisados e discutidos”*.



Não existe ambiente mais legítimo para fazer isso do que a Casa do Povo, do que o Congresso Nacional. Aqui se discute tudo, se debate tudo. Por que haveria de se excluir essa questão?

Foi por isso que apresentamos, eu e o Deputado Ibsen Pinheiro, esse projeto. Tenho a convicção de que é esse o caminho, é esse o esforço e é essa a abordagem que tem de ser feita.

Fui várias vezes de São Paulo ao seu Estado. Pernoitei muitas vezes naquelas áreas. Subi a Serra do Tepequém. Quando os meus companheiros vieram embora de uma audiência pública, peguei um carro e disse: *“Vou ao Tepequém fazer outra audiência e ver as coisas por lá”*.

Esse Brasil, praticamente desconhecido, negligenciado pelos meios de comunicação, pelo Sul e pelo Sudeste do País, é um grande patrimônio humano, cultural e natural, que nós precisamos proteger e valorizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra a Deputada Tereza Cristina, para os seus questionamentos, por 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Sr. Presidente Alceu Moreira, caros colegas, Ministro Aldo Rebelo, meus cumprimentos.

Ministro, nunca vou me esquecer da tarde em que entrei no seu gabinete de Deputado Federal, quando V.Exa. começou a conduzir o projeto do Código Florestal brasileiro. Eu lhe trouxe assuntos sobre Mato Grosso do Sul, minha terra, especialmente sobre o Pantanal. Havia algumas divergências e aquela confusão toda. Com calma, sabedoria e preparo intelectual, V.Exa. conseguiu conduzir o projeto do Código de uma maneira brilhante, mesmo diante de todas as adversidades e de todos os conflitos existentes.

Eu não tenho nenhum problema em dizer a V.Exa. que sou produtora rural. Nasci no campo; sou engenheira agrônoma; trabalhei a vida toda na agricultura; produzo comida para os brasileiros. V.Exa. conseguiu conter um conflito iminente e fazer do limão uma limonada, de maneira tranquila. Deixou para os brasileiros e para o Brasil esse Código, hoje pacificado. Algumas pessoas ainda teimam em contestá-lo. Ele não agradou a todos os lados, mas é o que foi possível fazer.

E eu me lembro de que, na conversa que tive com V.Exa. sobre o Pantanal, eu lhe disse: *“Ministro, o meu Estado hoje tem conflitos indígenas de todos os lados,*



principalmente na região sul". Nós estamos no auge do início desses conflitos que duram até hoje, não foram resolvidos e só se agravam.

E eu disse para V.Exa.: *"Ministro, eu gostaria muito que V.Exa. cuidasse agora dos assuntos indígenas"*. V.Exa. não deve se lembrar disso. Eu acho que V.Exa. teria condições de nos ajudar, de ajudar o Brasil a resolver, com a sua tranquilidade, com o seu conhecimento, resolver, nos ajudar a resolver esses conflitos tão graves que dividem produtores e indígenas que sempre viveram na paz, que de uns tempos para cá são instigados a viverem em conflito, porque os produtores rurais, no meu Estado, com raríssimas exceções, em alguns pontos muito... Coisas muito pontuais, sempre viveram em harmonia. De uns tempos para cá, não, infelizmente, temos conflitos intermináveis.

Eu gostaria de dizer para V.Exa. que eu gostaria que estivessem aqui alguns Deputados que teimam em não reconhecer a Constituição brasileira, em achar que o marco de 1988 não existe, que isso aqui é uma invenção, eu acho, da nossa bancada ruralista, que eu não tenho nenhuma vergonha de fazer parte. Eu não sou radical.

Nós queremos o bem estar de todos os brasileiros e principalmente desses indígenas que vivem numa miséria. Há muitos anos que eu não via beribéri e vi num aldeia, lá no meu Estado. Isso, num Estado pujante, produtor, nós vemos os nossos irmãos indígenas, mestiços de índios, enfim, essa população viver nessa pobreza, nessa falta, não tem saúde, não tem educação, porque alguns teimam em estimular esse conflito, sabe-se Deus a que propósito.

Quando esta Casa agora traz a PEC 215, que alguns aqui acham que é a "PEC do Fim do Mundo", foi dito aqui por um colega nosso. Eu fico horrorizada, porque eu conheço o Deputado, tenho o prazer de conviver com o nobre colega Osmar Serraglio e com outros que participaram da confecção dessa PEC.

Essa PEC não tem nada de fim de mundo. Essa PEC é a PEC da pacificação, é a PEC da justiça, porque nós não podemos fazer justiça causando injustiça a outros, como V.Exa. colocou aqui vários exemplos do que V.Exa. viu, de gente sendo arrancada de suas terras, que nasceram lá, que seus netos nasceram lá, enfim, essas pessoas não querem resolver o problema.



Mas eu fico muito feliz com as suas explicações. Quando V.Exa. vem aqui e nos coloca, de maneira muito tranquila, sem paixão, porque eu acho que esse assunto, nós temos que deixar agora as paixões de lado, resolver e encaminhar essa PEC 215.

É claro que podemos ter alguns ajustes. É claro que nós podemos ter errado em algumas coisas, mas eu acho que essa PEC poderia resolver, o mais rapidamente possível, esse assunto que tanto aflige o campo brasileiro dos dois lados, aos indígenas e aos produtores rurais, pequenos, médios e grandes e aos Estados, como V.Exa. acabou de bem aqui colocar o problema que nós temos na Região Norte do País, que estão lá abandonados. Eu concordo plenamente com a sua colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Eu ia lhe fazer algumas perguntas sobre exploração dessas áreas já demarcadas, se os índios devem explorar essas áreas arrendando, os que não têm aptidão, mas vou deixar essa pergunta por que eu fiquei plenamente satisfeita com todas as suas colocações aqui, com as quais eu concordo em quase tudo que V.Exa. nos colocou e, quem sabe, isso daí sirva para que alguns colegas possam deixar as paixões e nós sentarmos e colocarmos a PEC 215 para andar, para ser votada para que se acabem com essas diferenças e essa pobreza, essa miséria a que estão submetidos os nossos indígenas no Brasil.

Muito obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Adelmo Carneiro Leão, por favor.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar aqui o Ministro Aldo Rebelo, nosso Ministro de Estado da Defesa, e dizer que eu também sinto muito confiante a sua atuação em defesa do Brasil. Aliás, sua história de luta de defesa do Brasil tem um significado maior do que todas as palavras que podem ser ditas aqui.

Eu quero tratar, e pediria a V.Exa. que depois pudesse trazer para nós aqui um pouco essa reflexão sobre... Nós temos... Eu participei do INCRA durante um tempo curto, mas muito significativo da minha vida. Eu digo que foi a travessia do Bojador. Não foi fácil, uma situação muito tumultuada. Tem muitos e graves



problemas a serem superados, mas muitos dos problemas que existem lá não são questões próprias do INCRA, são próprias da estrutura de Estado que nós estamos vivendo, e que, eventualmente, em relação ao INCRA, em relação aos relatórios antropológicos que são feitos, eles estão contidos dentro de uma lógica ainda muito restrita, muito pouco democrática. Mas esses defeitos também são utilizados, esses erros, muitas vezes — como vemos e vivemos neste momento atual — são utilizados para destruir as boas qualidades e o que tem que melhor do que, realmente, para combater os males que são próprios das nossas instituições. Então, na sua fala, onde tem denúncia grave aí, de relatórios fraudados, eu temo que, eventualmente, isso possa ser utilizado para que, em nome desses relatórios fraudados, a gente esteja atuando, ou que possa vir uma força avassaladora contra as instituições que têm algo a cumprir em relação à defesa do interesse nacional.

Eu entendo — e eu gostaria de ouvir a sua opinião — que o INCRA tem um papel que ele não pôde cumprir até o presente momento, em função da sua própria estrutura, da forma que ele está concebido, da forma que ele está constituído, das pessoas que o compõem, das limitações que lá existem.

A mesma questão, a questão dos indígenas. Eu não tenho nenhuma dúvida de que nós precisamos fazer com que as conquistas humanas que nós temos ao longo da nossa história, principalmente as conquistas técnicas, científicas, possam ser levadas, e devem ser levadas a todo ser humano. Agora o risco, também, é de, eventualmente, em nome de levar essas conquistas... e nós estamos vendo, eu acho que na sua fala tem esse testemunho de que muito interesse ideológico, de manipulação, de interesses que não são os interesses nacionais também são lá colocados.

Então, a consideração que eu quero fazer é exatamente nesse sentido de que os defeitos que, eventualmente, nós encontramos nas nossas instituições não sirvam, e, fundamentalmente, as palavras tão caras que nós construímos no nosso idioma não sirvam para, em nome de outros interesses, e manipulando essas palavras, levar o País e levar as nossas instituições mais a uma situação de perda do que de ganhos necessários para transformar e para avançarmos na construção do Estado Democrático de Direito e de Justiça.



Então, eu quero só demonstrar essa preocupação, mas desejar muito sucesso.

E a última palavrinha, ela é bem pequenininha, e não tem nada a ver com isso. Mas quero dizer da minha alegria — hoje eu participei de uma reunião no Ministério da Ciência e Tecnologia — de saber que a Marinha brasileira, certamente, eu tenho muito expectativa, vai ser um órgão, o seu laboratório farmacêutico, de farmacoquímica, vai ser muito importante para que a gente possa produzir uma substância que é experimental ainda, mas que poderá, eventualmente, ser uma substância para cuidar das pessoas que muito sofrem neste País, que são as pessoas com câncer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Estava inscrito para falar logo, agora, o Deputado Domingos Sávio, que acabou de sair.

Eu queria, nesse espaço, ilustre Ministro, dizer que não há nada que nos incomode mais, nesta Casa, do que a obediência prévia, o adestramento cego, o discurso por encomenda. Em qualquer circunstância, é como receita de bolo: é sempre o mesmo. Não é permitido o raciocínio.

Eu fiquei profundamente constrangido quando Parlamentares aqui quiseram lhe constranger para mudar seu discurso. Conhecendo toda a sua história, eu fiquei pensando: mas estão tentando abrir um buraco na rocha com os dedos. Não tem nenhum sentido! Na CPI, chamam-me de ruralista, mas não tenho um palmo de terra. Sou de uma família de 7 irmãos, com 12 hectares. E eu sou ruralista, tá?

Quem sabe nós vamos adjetivar a Justiça. Mas lá, e o Deputado..., lá eu tenho... Chegou agora, há duas semanas, um conjunto gigantesco de denúncia de uma tribo indígena em que o cacique da tribo é um garçom de São Paulo. Um conjunto de paulistas, todos que estão na Bahia estão invadindo fazendas. E vão, invadem, depauperam completamente, saem daquela e vão para outra. Bandidos! Um deles, inclusive, desistiu de ser índio. Registrou-se como índio e, lá para a declaração, ele não gostou mais. Disse: *“Agora não sou mais índio”*. Foi lá e mudou o registro. Tá? Essa é a situação que nós temos.

Então, eu diria que, não tenha dúvida, nós temos condição de fazer um projeto de Estado para tratar dos índios com absoluta dignidade, em todos os cantos, nos estágios sociais os mais diversos, nos aculturados, no processo de



aculturação em que estiverem, nos estágios que... o índio quer ir para a universidade. Nós temos política de Estado para qualquer circunstância dessas. Em último caso, compra-se terras para eles. Agora, imaginar que a terra é como uma benzedura que cura todos os males dos índios é certamente um equívoco, tá?

Então, eu queria colocar a palavra ao Deputado Domingos Sávio, que será o último. E, logo depois, coloco a palavra ao Ministro para as considerações finais, para darmos encerramento à nossa audiência pública.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente Alceu, muito lhe agradeço. Cumprimento todos os colegas, em especial o Ministro Aldo Rebelo.

Minha primeira consideração, Ministro, não é novidade. O senhor sabe da admiração, do respeito que lhe tenho. O senhor aqui, hoje, mais uma vez, traz-nos, dá-nos a oportunidade de conhecer um pouco mais não só a figura pública, mas a figura pública que traz, e, para mim, traz como exemplo; traz como exemplo para mim e para todos nós. E olhe que eu sou um Deputado do PSDB, estou me dirigindo a um Ministro do Governo da Presidente Dilma, dirigindo-me a V.Exa. para dizer que o admiro como grande nacionalista que é, como grande humanista que é, como pessoa que busca servir ao nosso País orientando-se pela verdade. Isso lhe permite transitar com essa tranquilidade, como disse a Deputada Tereza, em todos os campos; e ser respeitado em todos os campos. A verdade cabe em qualquer lugar e é mais dura do que o aço. E V.Exa. trabalha com a verdade.

Eu testemunhei, eu ainda era Deputado Estadual, quando V.Exa. iniciou sua luta em defesa de um Código Florestal a favor do Brasil. Não era a favor de um partido, de um segmento, às vezes, de algumas seitas que se posicionam de maneira obstinada, e aí não aceitam a verdade. E V.Exa., quando vem, e com esse espírito nacionalista, com a sua postura humana, mas trabalhando com a verdade, incomoda algumas pessoas, às vezes até grandes aliados, que eu respeito, mas que têm dificuldade enorme de conviver com a verdade, que tendem ainda a teimar em separar as pessoas em direita e esquerda, numa postura retrógrada.

Há poucos dias, eu dizia a alguém que tentava me rotular de direita... E eu fui fundador do PT — o Adeldo sabe disso — e não me arrependo, acredito que teve um papel estratégico na história. Divirjo integralmente, não só de agora. Depois, fui fundador do PSDB, eu não sou de pular de partido em partido. Respeito aqueles que



têm dificuldade de se conciliar com uma ideia. Eu tenho as minhas convicções sociais-democratas.

Mas eu dizia que querer me rotular de direita, unindo-me a alguns pensamentos retrógrados ou a qualquer tipo de postura que não aceite a discussão mais humanitária, que é preciso ter na política, é como querer rotular alguém que se diz de esquerda ao nível do que alguns se intitulam lá no Estado Islâmico como de esquerda. Intitulam-se lá, alguns deles que defendem o Estado Islâmico, como esquerda. Então, não há que tentar rotular de direita ou esquerda quem quer construir um País melhor.

Ministro, eu vou concluir aqui — depois de registrar esse respeito que eu tenho pelo senhor — dizendo que é preciso que haja uma pitada de bom senso para que algumas atitudes concretas por parte do Governo, deste ou de quem o suceda, para que, de fato, assuma o seu papel. O senhor é Ministro da Defesa, e o senhor nos traz aqui relatos que sensibilizam qualquer brasileiro que tem respeito por este País. E o senhor tem credibilidade. O senhor tem absoluta credibilidade, porque o senhor nunca faltou — e eu o conheço já há muitos anos, e o conheço aqui, nesta Casa — com a sua lealdade para com o ex-Presidente Lula, para com a Presidente Dilma. V.Exa., quando traz essas constatações, não falta com a lealdade. O senhor apenas mantém o seu compromisso com a verdade e com o País. E incomoda por causa disso, porque alguns querem evitar que essa verdade chegue a quem tem a caneta na mão.

E aqui foi lembrado que o ex-Ministro Adams comunga com este sentimento do senhor: que o marco temporal tem que ser respeitado. Advogado-Geral da União! Mas não teve força, acabou saindo.

O Vice-Presidente, Michel Temer, ficou sensibilizado, Ministro. Ele ficou emocionado quando eu, o Alceu, outros colegas, em um bloco suprapartidário, levamos, naquele momento, uma senhora descendente de Joaquina de Pompéu, descendente de uma matriarca mineira que era fornecedora de produtos agrícolas ao Império, a Dom Pedro. Servia aos soldados do Império, obviamente, não contra o Brasil, era a circunstância da época... E eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E estava tendo as suas terras ameaçadas de expropriação. E ali havia outros senhores idosos mostrando aquilo para o Michel Temer. E ele se disse escandalizado. Falou: *“Não acredito que isso está acontecendo!”*. *“Mas o senhor é o Vice-Presidente da República, creia. Estão aqui Deputados da sua base”*. O Osmar estava lá, do lado dele.

Agora, o Adelmo me dizia, sobre essas denúncias que o Deputado Alceu falou: *“Poxa, mas se tem essas denúncias de que um garçom é o chefe da tribo, foi para lá para usurpar terras de propriedades legítimas, que investiguem”*. A FUNAI não deixa investigar! Não deixa, Ministro. O senhor sabe quem me disse isso, aqui, numa Comissão? O Ministro José Eduardo Cardozo, que admitiu aqui, dizendo claramente: *“Eu não tenho autonomia sobre a FUNAI”*.

Então, eu concluo dizendo: o Estado brasileiro, na pessoa de quem o comanda, tem que tomar para si a iniciativa de propor um plano de pacificação. Nós estamos aí com a PEC 215. Boa parte da base do Governo, especialmente o PT, tenta tratá-la como se isso fosse um golpe. Toda vez que se contraria a ideia, é golpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas qual a iniciativa o Poder Executivo poderia nos apresentar como proposta para pacificar o País? É esta, respeitando os índios, respeitando o direito de propriedade, princípio sagrado na nossa Constituição. O marco temporal já é reconhecido pelo Supremo.

Então, é isso o que eu deixo nas mãos de V.Exa., para este Governo ou para qualquer que vier, que V.Exa. está qualificado, na minha maneira de avaliar, como um dos grandes brasileiros que temos para servir, em primeiro lugar, ao País, e, portanto, a qualquer Governo decente que queira um homem qualificado para ajudá-lo. Seja agora ou no futuro, V.Exa. poderia, a exemplo do que disse a Deputada Tereza, ajudar-nos a cobrar do Governo a iniciativa, que venha do Executivo, de um marco regulatório para essa questão, a exemplo do que ocorreu com o Código Florestal, um marco regulatório que teve, sim, o aval do Governo, embora com discordâncias, e que gerou um resultado positivo para o País.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quero colocar a palavra para as respostas e as considerações finais do Ministro.

Antes, porém, só quero orientar, responder ao Deputado Adelmo — embora a pergunta, a afirmativa seja feita pelo Deputado Domingos Sávio — que essa denúncia chegou com documentos, já foi ouvida a termo, e, antes mesmo do fim desta CPI, ela será feita formalmente, a denúncia, à Polícia Federal, para que se tomem as providências.

O SR. MINISTRO ALDO REBELO - Muito obrigado, Presidente Alceu Moreira. Aliás, o Presidente Alceu Moreira testemunhou, em terras gaúchas, a minha filiação ao CTG de Arroio do Sal, foi?

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Pinhal.

O SR. MINISTRO ALDO REBELO - Pinhal.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Pinhal.

O SR. MINISTRO ALDO REBELO - Mas eu também sou do CTG de Passo Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Na verdade, ele sabe muito mais da história gaúcha do que 99% dos gaúchos.

O SR. MINISTRO ALDO REBELO - Isso é para me comprometer.

Deputada Tereza, eu me lembro da senhora como uma grande Secretária da Agricultura, e, nos momentos mais difíceis da minha jornada, carregando a responsabilidade do Código Florestal, eu lembro que a senhora foi solidária e me ajudou naqueles momentos mais difíceis e mais penosos. Fui algumas vezes a Campo Grande, a Corumbá também, onde fizemos algumas audiências muito proveitosas. Então, sou muito grato a V.Exa., que, além de ser excelente Secretária de Agricultura, engenheira agrônoma, representa o povo de Mato Grosso do Sul.

Deputado Adelmo, eu não fiz nenhuma referência ao INCRA. Todos esses laudos a que me referi, que constam do relatório da Comissão da Câmara e da do Senado, são laudos da FUNAI. Não há nenhuma referência, nenhum reparo ou registro a laudos produzidos pelo INCRA. As críticas e as referências são aos laudos produzidos pela FUNAI, colhidos tanto nesta Comissão Especial, presidida pelo Deputado Micheletto e relatada pelo Deputado Lindbergh Farias, como na Comissão do Senado, presidida pelo Deputado Mozarildo Cavalcanti e relatada pelo Senador



Delcídio do Amaral. Estão aqui os dois relatórios, que eu vou deixar com a Mesa da Comissão, embora estejam disponíveis também na Internet da Câmara e do Senado.

Eu creio que nós precisamos reunir todo o cuidado para que as críticas a essas instituições sirvam para reparar os seus defeitos, as suas deformidades, e não para liquidar as suas virtudes e a natureza de instituições de Estado herdeiras das melhores tradições do Brasil de proteção às populações indígenas. Nós não queremos ferir nem as virtudes nem a natureza dessas instituições, mas apenas corrigir os desvios, não delas, porque são abstrações construídas por pessoas que incorrem em desvios e muitas vezes em crimes. E tenho o maior respeito por essas instituições.

Deputado Domingos Sávio, eu tomo as suas palavras com elevado sentido de responsabilidade. Sei que V.Exa. teve um papel importante no debate do Código Florestal. Inclusive, em Minas Gerais, nós tivemos várias audiências públicas e colhemos depoimentos que nos mobilizaram a corrigir os desvios da legislação existente, mais de uma dezena de milhar de normas completamente absurdas engessando a atividade produtiva do pequeno, do médio, do grande agricultor, e impondo aos produtores rurais uma lógica absolutamente inaceitável para a norma jurídica.

A lógica era aquela segundo a qual a boa norma é a que reproduz multas. Na verdade, a boa norma é aquela que é obedecida, é aquela que funciona, é aquela que é levada em conta. Mas tinha uma instituição que produzia multas e transformava isso em fonte de receita. E aí se configurava, evidentemente, um conflito entre a sua finalidade, a sua natureza e o seu funcionamento. E o esforço foi exatamente o de corrigir a legislação para dar-lhe uma racionalidade que transmitisse segurança jurídica para todos. Num regime de propriedade absolutamente desigual, há Estados como Alagoas, Pernambuco, Sergipe, onde 70% das propriedades têm até 5 hectares, a presença da grande propriedade é quase inexistente e o nível de informação é baixíssimo. Basta olhar quantas dessas propriedades nesses Estados conseguiram fazer o seu cadastramento no Cadastro Ambiental Rural. Há que se lidar com essa desigualdade.



Existem áreas como a de V.Exa., no Paraná, com o cooperativismo intensivo em tecnologia, mas com uma renda em declínio, com famílias enfrentando dificuldades, uma classe média rural empobrecendo.

Então, essa situação precisava de fato de uma solução. E foi o que nós procuramos oferecer. Não resolvemos tudo. O acordo possível resolveu um passivo, ou seja, foram legalizadas as propriedades existentes, mas, assim mesmo, terá o Supremo Tribunal Federal que se pronunciar sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade do Ministério Público Federal e de organizações não governamentais. Eu vou lá prestar o meu depoimento em defesa do Código que foi aprovado aqui. Mas ali nem tudo foi resolvido.

Eu vejo que o rebanho bovino do Brasil está diminuindo em alguns Estados. No Mato Grosso do Sul, está diminuindo, no Mato Grosso está diminuindo. Por quê? O Código resolveu para trás, mas engessou bastante a coisa daqui para frente. E o que acontece? Quem conhece a expansão da ocupação do território sabe que geralmente a pecuária é a vanguarda, vai à frente. Em seguida, a agricultura, mais produtiva e de mais renda, desloca a pecuária para uma nova fronteira, e assim acontece a sucessão da ocupação territorial. Quando se dificulta essa sucessão, o que acontece? A agricultura expulsa a pecuária, e a pecuária não tem mais para onde ir. Ao não ter para onde ir, naturalmente, o rebanho se reduz e o preço da carne aumenta. O churrasquinho na laje que o operário da periferia de São Paulo podia e ainda pode fazer vai ficar mais difícil. E nós podemos voltar ao tempo em que a carne vermelha era um luxo, a que só uma parcela da população podia ter acesso.

Isso aí nós não podemos desconhecer. Há méritos, há coisas importantes nesse Código, mas é importante dizer que ele não resolveu tudo e que esse debate qualquer hora vai ser retomado.

Muito obrigado pela paciência, pela generosidade. Até breve, até outro dia. Digo ao Deputado Domingos Sávio que a Comissão contará comigo por muito tempo, porque por muito tempo eu sei que continuarei servindo ao Governo da Presidente Dilma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Ministro.



Está claro aqui para todos que nós estamos trabalhando com um falso conflito, que serve a muitos interesses, menos ao dos índios.

Não havendo mais inscritos para o debate, esta Presidência comunica o recebimento do ofício do Deputado Arnaldo Jordy, solicitando adiamento da oitiva do Sr. Mércio Pereira Gomes para o dia 5 de abril de 2016, com considerações sobre dificuldades próprias do atual momento político, que atingem também a atividade parlamentar na semana em curso.

Esta Presidência defere o pedido do Deputado Arnaldo Jordy, tendo em vista sua qualidade de autor do requerimento de convite do depoente. Designarei nova data para tomada de depoimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para dia 30 de março, amanhã, quinta-feira, às 9h30, para ouvirmos o depoimento do Sr. Mauricio Schneider, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, Área XI — Meio Ambiente e Direito Ambiental, Organização Territorial, Desenvolvimento Urbano e Regional; convidado a partir da aprovação do Requerimento nº 190/16, da Deputada Tereza Cristina.

Está encerrada a presente reunião.